

*Creio que Farfarello te quer muito
e logo, acho, virá te visitar;
perguntará se sofres grande pena:
assim que o vires, finge um desconsolo
maior que aquele que te conviria;
pronto ele há de querer fazer-te agrado.
Então lhe contarás teu pensamento:
talvez ele te alegre o coração.*

“Então eu fingi [...]”, conta Zampolo,

*sofrer grande tormento:
e fui-me com ele sentar a um canto
antes que Farfarello aparecesse.*

Mas o truque não dá certo e Farfarello o repreende:

*Já descobri teu fingimento:
contra ti se subleva a minha mente,
por engenhares invenção que tal.
Prometi que as vontades te faria
cumprir manter promessa até no inferno.*

Porém, mesmo assim o perdoo. Zampolo aparece para Caravaggio, que, vendo-o, recita uma oração, ajoelhado diante de um crucifixo.

A exortação de Farfarello para que se diga a verdade até no inferno, citada por Menocchio, decerto toca num dos temas fundamentais do *Sogno*: a polêmica contra a hipocrisia, em especial a dos frades. Saído da tipografia em maio de 1541, enquanto em Ratisbona se desenrolavam as conversações que pareciam trazer a paz religiosa entre católicos e protestantes, o *Sogno* é de fato uma típica voz do evangelismo italiano. Os “*sgnieffi, berleffi, ceffi e visi storti*” dos bufões Zampolo e Taiaçalze que, mesmo diante do tribunal de Belzebu, começam a dançar “mostrando a bunda” são acompanhados — e a mistura é bem carnavalesca — por um

amplo e insistente discurso religioso. Taiaçalze tece, abertamente, elogios a Lutero:

*Certo Martinho Lutero lhe surgiu
que padres preza pouco, e frades menos,
e que é dos Alemães muito estimado;
de exigir o concílio não se cansa [...]
Este Martinho, pelo que se diz,
excele em toda sorte de doutrina:
mas o puro Evangelho não descuro.
De muitos intrigou Lutero a mente.
Só Cristo nos perdoa, diz-nos um;
outro que Paulo III e que Clemente:
assim puxa cada um para o seu lado,
um diz verdade, outro mentira diz.
Querem todos que o concílio seja feito
só para esclarecer tanta heresia:
o quente sol derrete a neve fria,
tal como Deus as tristes fantasias...*

A posição de Lutero, portanto, é vista como positiva, já que ele clama pelo concílio que trará de novo clareza doutrinal e repropõe o “puro Evangelho”:

*Vi de mau grado sobrevir-me a morte,
compadre, por não ter-me esclarecido
as várias opiniões de toda espécie
e os males todos que no mundo reinam.
Quisera o homem firmar-se em sua fé,
não ser por frioleiras aturdido,
ater-se bem ao texto do Evangelho
sem pensar em Martinho quanto ao resto.*

O que seja o “puro Evangelho” é explicado em seguida por Zampolo, são Pedro, Taiaçalze. Acima de tudo, justifica-se pela fé no sacrifício de Cristo:

*A prima causa de o cristão salvar-se
é amar a Deus, só nele tendo fé.
A segunda, esperar que Cristo humano
redima com o seu sangue quem o crê.
Terceira, ter no peito caridade,
no Espírito Santo agir se quer mercê
do Deus único vivo em três pessoas.
Estas três causas salvam-te do inferno.*

Nada de sutilezas teológicas, como as apregoadas pelos frades e que se tornaram moda também entre os incultos:

*Muito ignaro, que passa por doutor
com só falar das santas Escrituras
em barbeiros, ferreiros, alfaiates,
teologizando sem qualquer medida,
levando o vulgo a uma porção de enganos;
a predestinação lhes dá pavor
assim como o juízo e o livre-arbítrio;
que a poeira do salitre os queime a todos.
A estes obreirinhos bastaria
crer no Credo e dizer o Padre Nosso
e não da fé fazer mil desatinos,
buscando coisas que jamais com tinta
foram escritas nem com pena afiada.
Pois os Evangelistas já mostraram
a via plana e certa de ir-se ao céu.
Não é mister, Zampolo, por sutil,
buscar pêlos em ovo de galinha [...]
Oh quantos frades que, nada sabendo,
se comprazem em confundir o espírito
deste pobre diabo ou então daquele;
melhor fariam se pregassem o
puro Evangelho e se deixassem disso.*

A clara contraposição entre uma religião reduzida a um núcleo essencial e as sutilezas teológicas nos traz de volta as afirmações de Menocchio — o qual, note-se, mesmo tendo lido nesse trecho a palavra *predestinação*, disse que não conhecia seu significado. Mais claro ainda é o choque entre a condenação das “leis e mandamentos da Igreja” por serem “mercadorias” (termo usado, como já foi visto, também por Nicola da Porcia) e o ataque a padres e frades que no *Sogno* é feito pela boca de São Pedro:

*Mercado fazem de enterrar os mortos,
como fardos de lã ou de pimenta:
nestas coisas estão sempre avisados
e não querem defunto receber
sem antes ter na mão todo o dinheiro;
depois vão-se a comer e beber, rindo
de quem arcou com toda essa despesa,
vão gozar boa cama e mesa gorda.
Mercado de importância inda maior
fazem eles da Igreja que foi minha,
tirando para si toda a abundância
sem importar-lhes quem sofra carestia.
Isso, a meu ver, usança é das piores,
fazer da minha Igreja mercancia
o beato quem mais tenha benefícios
dizendo pouca missa e raro ofício.*

A implícita negação do purgatório e, portanto, da utilidade da missa pelos mortos; a condenação do uso do latim pelos padres e frades — “propositadamente fazem todas as cerimônias / só falando em vulgar e não em latim”; a recusa das “igrejas suntuosas”; indicações precisas sobre o culto dos santos:

*Honrar os santos cumpre, filho meu,
de Cristo eles realizam os preceitos [...]
Quem como eles fizer, Deus determina*

*que no seu fim ascenda ao céu de eleitos:
porém, não lhes dispensa a sua graça,
quem nisso crê tem uma idéia falsa.*

e a confissão:

*Deve o cristão fiel se confessar
com mente e coração toda hora a Deus
e não uma só vez no final do ano,
só para demonstrar não ser judeu.*

—, são todos motivos recorrentes, como vimos, nas confissões de Menocchio. E, entretanto, ele lera o *Sogno* mais de quarenta anos após a sua publicação, numa situação completamente diversa. O concílio que deveria ter esclarecido o conflito entre “papistas” e Lutero — conflito que Caravia comparava ao existente entre as duas facções friulanas dos *Strumieri* e dos *Zamberlani* — havia acontecido, mas como um concílio de condenação e não de concórdia. Para homens como Caravia, a Igreja delineada pelos decretos tridentinos não era com certeza a Igreja “endireitada” e inspirada no “puro Evangelho” que ele sonhara. Menocchio também deve ter lido o *Sogno* como se fosse um livro ligado, por diversos pontos, a uma era muito distante. É claro que as polêmicas anticlericais e antiteológicas continuavam a soar como naturais pelos motivos já vistos; porém, os elementos mais radicais da religião de Menocchio iam muito além do *Sogno*. Neste não se encontrava nenhuma pista de negação da divindade de Cristo, nem de recusa da Escritura na sua totalidade, nem a condenação do batismo, que é definido como “mercadoria”, nem de exaltação indiscriminada da tolerância. Teria sido então Nicola da Porcia quem falara sobre essas coisas com Menocchio? No que toca à tolerância, parece que sim — se a identificação de Nicola de Melchiori com Nicola da Porcia for correta. Todavia, todos os testemunhos dos habitantes de Montereale indicam que as idéias de Menocchio, em sua grande maioria, haviam sido formadas num período muito anterior à data do primeiro processo. É verdade que não sabemos qual a data

do início das relações entre ele e Nicola, mas a obstinação de Menocchio demonstra que não estamos diante de alguém que recebesse passivamente idéias alheias.

11

“Vocês querem que eu ensine a estrada verdadeira? Tente fazer o bem, trilhar o caminho dos meus antecessores e seguir o que a Santa Madre Igreja ordena”: foram essas palavras, como recordamos, que Menocchio afirmava (quase com certeza, mentindo) ter dito aos seus conterrâneos. Na verdade, Menocchio ensinara justamente o contrário, a se afastar da fé dos antepassados, a recusar as doutrinas que o pároco pregava do púlpito. Manter tal posição divergente por um período tão longo (talvez por quase trinta anos), primeiro numa pequena aldeia, Montereale, depois diante do tribunal do Santo Ofício, requer uma energia moral e intelectual que não é exagero definir como extraordinária. A desconfiança dos parentes e amigos, as reprovações do pároco, as ameaças dos inquisidores, nada conseguira abalar a segurança de Menocchio. Mas o que é que o tornava tão seguro? Em nome do que falava?

Na primeira declaração do processo, ele atribuiu suas opiniões a uma inspiração diabólica: “Aquelas palavras que eu disse antes eu dizia por tentação [...] era o espírito maligno que me fazia acreditar naquelas coisas”. Mas, no final do primeiro interrogatório, sua atitude era menos reticente: “O que eu disse, ou por inspiração de Deus ou do demônio [...]”. Quinze dias mais tarde apresentou outra alternativa: “O diabo ou outra coisa qualquer me tentava”. Depois de pouco tempo precisou o que seria a tal “coisa” que o atormentava: “As minhas opiniões saíram da minha própria cabeça”. E não saiu mais dessa posição durante todo o primeiro processo. Mesmo quando resolveu pedir perdão aos juízes, atribuiu os erros cometidos à sua “cabeça sutil”.

Menocchio, portanto, não se vangloriava de revelações ou iluminações particulares; ao contrário, em seus discursos coloca-

va em primeiro plano seu próprio raciocínio. Só isso já era suficiente para distingui-lo dos profetas visionários, pregadores ambulantes que entre o fim do século XIV e o início do XV tinham proclamado estranhos vaticínios pelas praças das cidades italianas. Ainda em 1550, um ex-benedictino, Giorgio Siculo, tentara relatar aos padres reunidos em Trento, no concílio, as verdades que o Cristo lhe revelara, aparecendo “em pessoa”. Contudo, naquelas alturas, o concílio de Trento já estava fechado havia vinte anos; a hierarquia se pronunciara: a longa fase de incerteza sobre aquilo em que os fiéis poderiam e deveriam acreditar fora encerrada. E, ainda assim, aquele moleiro, perdido entre as colinas do Friuli, continuava a ruminar “coisas maiores”, contrapondo seus pontos de vista religiosos aos decretos da Igreja: “Eu acho [...] segundo o que eu penso e acredito...”.

Junto com o raciocínio estavam os livros. O caso do *Sogno di Caravia* não é isolado. “Tendo por várias vezes me confesado com um padre de Barcis”, declarou durante o primeiro interrogatório, “eu lhe perguntei: ‘É possível que Cristo tenha sido concebido pelo Espírito Santo e nascido da Virgem Maria?’, contando-lhe que eu acreditava que fosse assim, mas que às vezes o demônio me tentava.” A atribuição das próprias dúvidas à tentação demoníaca refletia a atitude relativamente cautelosa de Menocchio no início do processo. E de fato, logo depois, expôs a dupla fundamentação do seu pensamento: “A base deste meu pensamento estava no fato de tantos homens terem vindo ao mundo e nenhum ter nascido de mulher virgem; e, como eu tinha lido que a gloriosa Virgem se casara com São José, achava que Jesus Cristo fosse seu filho; além disso, li histórias em que São José chamava Nosso Senhor Jesus Cristo de filhinho. Li isso num livro que se chamava *Il Fioretto della Bibbia*”. Este foi um exemplo escolhido ao acaso. Mais de uma vez Menocchio indicou este ou aquele livro como fonte (não exclusiva, no caso) das suas “opiniões”. Mas o que é que Menocchio leu?

Infelizmente não temos a lista completa de seus livros. No momento da prisão, o vigário-geral mandou que revistassem sua casa. Foram encontrados alguns volumes, mas não eram livros suspeitos ou proibidos e, portanto, não foram inventariados. Podemos reconstruir, com certa aproximação, um quadro parcial das leituras de Menocchio, considerando apenas as referências que fez ao assunto durante os interrogatórios. Os livros mencionados no primeiro processo são os seguintes:

1. a Bíblia em língua vulgar, “a maior parte em letras vermelhas” (trata-se de uma edição não identificada);
2. *Il Fioretto della Bibbia* (tradução de uma crônica medieval catalã que misturava fontes diversas, entre as quais, além da Vulgata, naturalmente, o *Chronicon*, de Isidoro, o *Etucidarium*, de Honório d’Autun, e um respeitável número de Evangelhos apócrifos; essa obra, que teve grande circulação manuscrita entre os séculos XIV e XV, possui cerca de vinte edições conhecidas, com vários títulos — *Fioretto della Bibbia*, *Fiore di tutta la Bibbia*, *Fiore novello* —, reimpressos até meados do século XVI);
3. *Il Lucidario* (ou *Rosario?*) *della Madonna* (que pode ser identificado com o *Rosario della gloriosa Vergine Maria*, do dominicano Alberto da Castello, também reimpresso muitas vezes no decorrer do século XVI);
4. *Il Lucendario* (sic, por *Legendario*) *de santi* (tradução da bastante difundida *Legenda aurea*, de Jacopo da Varagine, organizada por Niccolò Malermi, com o título *Legendario delle vite de tutti li santi*);
5. *Historia del Giudicio* (trata-se de um poeminha anônimo do século XV, em oitavas, que circulava em muitas versões, de tamanho variável);
6. *Il cavallier Zuanne de Mandavilla* (tradução italiana, reimpressa muitas vezes até o final do século XVI, do famoso livro de viagem, escrito em meados do século XIV e atribuído a um fantasmagórico sir John Mandeville);

7. “um livro que se chamava *Zampollo*” (na verdade, *Il sogno dil Caravia*, impresso em Veneza em 1541).

A esses títulos devemos acrescentar os citados durante o segundo processo:

8. *Il Supplimento delle cronache* (trata-se da tradução em vulgar da crônica escrita em fins do século XV pelo ermitão bergamasco Jacopo Filippo Foresti, várias vezes reimpressa, com atualizações até o final do século XVI, que saía com o título *Supplementum supplementi delle croniche*...);

9. *Lunario al modo di Italia calculato composto nella città di Pesaro dal ecc^{mo} dottore Marino Camilo de Leonardis* (também do *Lunario* são conhecidas inúmeras reimpressões);

10. *Decameron*, de Boccaccio, em edição não censurada;

11. um livro sem maiores identificações que um dos testemunhos, como vimos, supôs ser o Alcorão (em 1547, sai em Veneza uma tradução italiana).

13

Vejamos antes de mais nada de que modo esses livros chegaram às mãos de Menocchio. O único que sabemos com certeza ter sido comprado é o *Fioretto della Bibbia*, “o qual”, disse Menocchio, “comprei em Veneza por dois soldos”. Dos outros três — *Historia del Giudicio*, *Lunario* e o suposto Alcorão — não se tem indicação alguma. O *Supplementum*, de Foresti, foi um presente de Tomaso Mero da Malmis para Menocchio. Os outros todos — e eram seis entre onze, mais da metade — foram emprestados. Numa aldeia tão pequena como Montebelluna, tais dados são significativos e apontam para uma rede de leitores que superam o obstáculo dos recursos financeiros exíguos, passando os livros de mão em mão. Por exemplo, uma mulher, Anna de Cecco, foi quem emprestou o *Lucidario* (ou *Rosario*) della Madonna para Menocchio, durante seu exílio em Arba, em 1564. O fi-

lho dela, Giorgio Capel, chamado para testemunhar (a mãe havia morrido), declarou que possuía um livro com o título *La vita de santi*; outros lhe tinham sido confiscados pelo pároco de Arba, que devolvera apenas dois ou três, afirmando que os demais “estão querendo queimar” (os inquisidores, é claro). A Bíblia e o *Legendario de santi* foi seu tio, Domenico Gerbas, quem lhe emprestou. O último “se molhou e acabou se desfazendo”; a Bíblia foi parar nas mãos de Bastian Scandella. Por várias vezes Menocchio a teve em mãos, emprestada por seu primo. Seis ou sete meses antes do processo, porém, a mulher de Bastian, Fior, fora buscar a tal Bíblia e a queimou num forno; “mas foi uma pena ter queimado aquele livro” — exclamou Menocchio. O *Mandavilla* fora um empréstimo de cinco ou seis anos antes do padre Andrea Bionima, capelão de Montebelluna, que encontrara o livro por acaso em Maniago, remexendo em “alguns documentos notariais”. (Bionima, entretanto, afirmou prudentemente que não fora ele quem emprestara o livro a Menocchio, e sim Vincenzo Lombardo, que, sabendo “ler um pouco”, devia ter pego o tal livro em sua casa.) O *Sogno dil Caravia* foi emprestado a Menocchio por Nicola da Porcia — que talvez, como já dissemos, possa ser identificado com Nicola de Melchiori, de quem obtivera, através de Lunardo della Minussa de Montebelluna, o *Decameron*. Quanto ao *Fioretto*, Menocchio, por sua vez, emprestara-o a um jovem de Barcis, Tita Coradina, que tinha lido (disse ele) só uma página — o pároco lhe dissera que se tratava de um livro proibido e ele o queimara.

Uma larga rede de circulação que envolve não só padres (como seria previsível), mas até mesmo mulheres. Sabe-se que em Udine, desde o início do século XVI, havia sido aberta uma escola, sob a orientação de Gerolamo Amaseo, “para ler e ensinar, sem exceção, filhos de cidadãos assim como de artesãos e populares, grandes ou pequenos, sem nenhum tipo de pagamento”. Existiam, além dessas, escolas de nível elementar em centros não muito distantes de Montebelluna, como Aviano e Pordenone. Surpreende, entretanto, que numa aldeia tão pequena de colina se lesse tanto. Infelizmente, são poucas as indicações

que nos permitem precisar a posição social desses leitores. Já falamos sobre Nicola da Porcia; Bastian Scandella, primo de Menocchio, figura no já mencionado censo de 1596 como detentor (não sabemos em quais condições) de numerosos terrenos. No mesmo ano foi magistrado em Montereale. Porém, os outros se reduzem quase só a nomes. Fica claro, apesar disso, que para essas pessoas o livro fazia parte da experiência comum: era um objeto de uso, tratado sem muitos cuidados, exposto ao risco de se molhar e se desfazer. É significativa, contudo, a reação escandalizada de Menocchio a respeito da Bíblia que acabou no forno, evidentemente para livrá-la de uma eventual revista do Santo Ofício: apesar da comparação irônica com “os livros de batalha, que crescem”, a Escritura lhe parecia um livro diferente dos demais porque continha um núcleo dado por Deus.

14

O fato de que mais da metade dos livros citados por Menocchio tivessem sido emprestados também deve ser levado em conta na análise dessa lista. Na verdade, só para o *Fioretto della Bibbia* podemos postular, com certeza, a existência de uma autêntica escolha, que o levou a comprar esse livro entre os tantos outros amontoados no depósito ou na banca de um ignoto livreiro veneziano. É significativo que o *Fioretto* tenha sido para ele uma espécie de *livre de chevet* (livro de cabeceira). Ao contrário, havia sido o acaso que fizera o padre Andrea Bionima topar com o volume de *Mandavilla* entre os “documentos notariais” de Maniago. A indiscriminada fome de leituras, mais do que um interesse específico, foi o que levou o livro para as mãos de Menocchio. Isso provavelmente vale para todos os livros a ele emprestados. A lista que reconstruímos reflete, acima de tudo, os livros que Menocchio teve à sua disposição — não, decerto, um quadro de predileções e escolhas conscientes.

Além disso, trata-se de uma lista parcial. Isso explica o predomínio de textos religiosos — seis entre onze, mais da metade, por-

tanto. Era óbvio que, no decorrer dos dois processos aos quais foi submetido, Menocchio fizesse referências sobretudo a esse tipo de leitura para justificar as próprias idéias. É provável que uma lista completa dos livros que possuía ou lera nos teria dado um panorama mais variado, incluindo, por exemplo, alguns daqueles “livros de batalha” que comparara provocativamente à Escritura — o *Libro che tratta di bataglia, chiamato fioravante* (M. Sessa, Veneza, 1506) ou um outro parecido. Mesmo assim esse punhado de títulos, um conjunto fragmentado e parcial, nos permite algumas considerações. Ao lado da Escritura, encontramos livros de piedade, reelaborações da Escritura em verso e prosa, vida de santos, um almanaque, um poema semi-satírico, um livro de viagens, uma crônica, uma antologia de contos (o *Decameron*), todos em língua vulgar (como já foi dito, Menocchio não sabia muito mais de latim do que aprendera ajudando a missa), escritos dois ou três séculos antes, muito difundidos e consumidos por pessoas de várias classes sociais. O Foresti e o Mandeville, por exemplo, faziam parte da biblioteca de um outro “homem desconhecedor das letras”, quer dizer, desconhecedor do latim, ainda que muito diferente: Leonardo da Vinci. E a *Historia del Giudicio* figura entre os livros de um famoso naturalista, Ulisse Aldovandi (que por sua vez tivera problemas com a Inquisição em virtude de suas relações, quando jovem, com grupos heréticos). É evidente que o Alcorão se sobressai nessa lista (caso Menocchio de fato o tivesse lido), porém essa é uma exceção que será considerada à parte. Os outros são títulos bastante óbvios, aparentemente incapazes de nos dar indicações sobre o modo como Menocchio chegou a formular o que um conhecido seu definiu como “opiniões fantásticas”.

15

Mais uma vez, temos a impressão de estar num beco sem saída. Antes, diante da extravagante cosmogonia de Menocchio, nos perguntamos por um momento, como já o fizera o vigário-geral, se não se tratava do discurso de um louco. Descartada essa

hipótese, o exame de sua eclesiologia sugeriu uma outra: talvez Menocchio fosse anabatista. Abandonada também essa possibilidade, defrontamos com a informação de que Menocchio se julgava um mártir “luterano”: daí o problema de suas relações com a Reforma. Entretanto, a proposta de inserir as idéias e crenças de Menocchio num veio profundo de radicalismo camponês trazido à luz pela Reforma (mas independente dela) parece ter sido ostensivamente contradita pela lista de leituras que reconstruímos com base nos documentos processuais. Até que ponto poderemos considerar representativa uma figura tão pouco comum, um moleiro do século XVI que sabia ler e escrever? E, além disso, representativa do quê? Com certeza, não de um veio de cultura camponesa, já que o próprio Menocchio apontava uma série de livros impressos como fonte de suas idéias. De tanto nos debatermos contra os muros desse labirinto, retornamos ao ponto de partida.

Ou quase. Vimos quais livros Menocchio lia. Mas como os lia?

Confrontando, uma por uma, as passagens dos livros por ele citados com as conclusões às quais chegava (ou até mesmo com o seu modo de referi-las aos juízes), nos vemos às voltas, invariavelmente, com lacunas e deformações, às vezes profundas. Qualquer tentativa de considerar esses livros “fontes” no sentido mecânico do termo cai ante a agressiva originalidade da leitura de Menocchio. Mais do que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que Menocchio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a página impressa — um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando a sua leitura. Essa rede, essa chave de leitura, remete continuamente a uma cultura diversa da registrada na página impressa: uma cultura oral.

Isso não quer dizer que o livro para Menocchio fosse incidental, um pretexto. Ele mesmo declarou, como veremos, que pelo menos um livro o inquietara profundamente, levando-o, com suas afirmações inesperadas, a ter pensamentos novos. Foi o choque entre a página impressa e a cultura oral, da qual era de-

positário, que induziu Menocchio a formular — para si mesmo em primeiro lugar, depois aos seus concidadãos e, por fim, aos juízes — as “opiniões [...] [que] saíram da *sua* própria cabeça”.

16

Vamos dar uma série de exemplos, de complexidade crescente, da maneira de ler de Menocchio. No primeiro interrogatório, ele confirmou que Cristo havia sido um homem como os demais, nascido de são José e da Virgem Maria, e explicou que Maria “era chamada de virgem porque estivera no templo das virgens. Existia um templo onde doze virgens eram mantidas e, à medida que eram preparadas, se casavam. Eu li isso no livro *Lucidario della Madonna*”. Esse livro, que em outra situação disse ser o *Rosario*, tem grande probabilidade de ser o *Rosario della gloriosa Vergine Maria*, do dominicano Alberto da Castello. Nele pudera ler: “Contempla aqui, alma fervorosa, como, depois de oferecer o sacrifício a Deus e ao sacerdote, são Joaquim e sant’Ana deixaram sua dulcíssima filhinha no templo de Deus, onde deveria ser preparada com as outras virgens, que eram oferecidas a Deus. Nesse lugar, ela vivia em contemplação das coisas divinas, em sublime devoção, e era visitada pelos santos anjos, sendo sua rainha e imperatriz, sempre em oração”.

O que fez Menocchio ater-se justamente a essa página do *Rosario* talvez tenha sido o fato de ter visto tantas vezes as cenas de Maria no templo e de José com os pretendentes, representadas nos afrescos pintados em 1556 por Calderari, um discípulo de Pondenone, nas paredes da igreja de San Rocco de Montereale. De qualquer maneira, mesmo sem deformar as palavras, inverteu os significados. No texto, a aparição dos anjos isolava Maria das companheiras, conferindo-lhe uma aura sobrenatural. Para Menocchio o elemento decisivo era, ao contrário, a presença das “outras virgens”, que lhe servia para explicar da forma mais simples o epíteto atribuído tanto a Maria como às outras compa-

nheiras. Desse modo, um detalhe acabava se tornando o centro do discurso, alterando, assim, todo o seu sentido.

17

No final do interrogatório de 28 de abril, depois de ter expresso sem nenhuma restrição suas acusações contra a Igreja, os padres, os sacramentos e as cerimônias eclesásticas, respondendo a uma pergunta do inquisidor, Menocchio declarou: “Eu acredito que a imperatriz neste mundo seja mais importante que Nossa Senhora, mas lá Nossa Senhora é maior, porque de lá nós somos invisíveis”. A pergunta do inquisidor nascera de um episódio narrado por uma testemunha e confirmado, sem hesitação, por Menocchio: “Sim, senhor, é verdade que eu disse, enquanto a imperatriz passava, que ela era mais importante que Nossa Senhora, mas eu estava me referindo a este mundo; e naquele livro da Nossa Senhora lhe foram prestadas e feitas muitas honras; quando a levavam para ser sepultada, alguém quis desonrá-la, tentando tirá-la dos ombros dos apóstolos, e esse teve as mãos grudadas nela. Tudo isso está no livro da vida de Nossa Senhora”.

A que texto Menocchio estaria aludindo? A expressão “livro da Nossa Senhora” poderia nos levar a pensar mais uma vez no *Rosario della gloriosa Vergine Maria*, mas a citação não corresponde. A passagem se acha, todavia, num outro livro lido por Menocchio, o *Legendario delle vite de tutti li santi*, de Jacopo da Varagine, no capítulo intitulado “De l’assumptione de la beata Vergine Maria”, uma reelaboração de “um certo livrinho [...] apócrifo, consagrado ao beato João Evangelista”. Segue a descrição das exéquias de Maria feita por Varagine: “Anjos e apóstolos seguiram cantando e enchendo a terra toda com as maravilhas da vida de Maria. Todos os que foram acordados por tão doce melodia saíram das cidades perguntando, curiosos, o que era aquilo, quando alguém lhes explicou: ‘Os discípulos levam Maria, que está morta, e cantam ao seu redor essa melodia que vocês estão ouvindo’. Então

correram todos para pegar as armas, incitando os outros, dizendo: ‘Venham, vamos matar os discípulos e consumir com fogo o corpo do qual nasceu aquele sedutor’. Vendo o que acontecia, o príncipe dos sacerdotes, atônito e cheio de ira, exclamou, desdenhoso: ‘Eis o tabernáculo daquele que nos conturbou e à nossa geração; [vejam] agora as glórias que ela recebe!’. E, dizendo isso, pôs as mãos sobre o leito tentando derrubar no chão tanto a cama como o corpo. Porém, ao colocar as mãos sobre o leito, elas secaram imediatamente e continuaram grudadas; torturado por grande sofrimento, se lamentava aos gritos, e o resto do povo foi cegado pelos anjos que estavam nas nuvens. Então, o príncipe dos sacerdotes gritou: ‘Eu lhe peço, ó são Pedro, não me abandone neste tormento, eu lhe peço que interfira junto ao Senhor; você deve se lembrar de quando eu o liberei das acusações da criada’. Pedro lhe respondeu: ‘Nós fomos perturbados nas exéquias de Nossa Senhora e neste momento não podemos nos ocupar de você. Mas, se você acredita no Senhor Jesus Cristo e naquela da qual ele nasceu, eu espero que você receba de pronto a recompensa da saúde’. Ele respondeu: ‘Eu acredito que o Senhor Jesus Cristo é o verdadeiro filho de Deus e que essa é sua santíssima mãe’. Logo suas mãos se soltaram do caixão, mas a secura permanecia em seus braços e a grande dor não passara. Pedro lhe disse então: ‘Beija o leito e diga: eu creio em Deus Jesus Cristo, que foi carregado no ventre por ela, que continuou virgem depois do parto’. Tendo feito isso, lhe foi restituída a saúde...”

A afronta feita pelo chefe dos sacerdotes ao cadáver de Maria se resolve, para o autor do *Legendario*, com a descrição de uma cura milagrosa e, por fim, com a exaltação da Virgem Maria, mãe de Cristo. Mas a Menocchio, evidentemente, a narração do milagre não interessa, e menos ainda a reafirmação da virgindade de Maria, a qual negou repetidas vezes. O que ele retém é apenas o gesto do chefe dos sacerdotes, a “desonra” feita a Maria durante seu enterro, testemunho da sua condição miserável. O filtro da memória de Menocchio transforma a narração de Varagine em seu contrário.

A menção à passagem do *Legendario* foi quase incidental. Muito mais importante é a citação do *Fioretto della Bibbia*. Como nos recordamos, no primeiro interrogatório, Menocchio afirmara não crer na concepção imaculada de Maria pelo Espírito Santo, mesmo porque “tantos homens vieram ao mundo e nenhum deles nasceu de mulher virgem” e também porque, tendo lido num livro intitulado *Fioretto della Bibbia* que “são José chamava Nosso Senhor Jesus Cristo de filhinho”, inferira que Cristo era filho de são José. Ora, no capítulo CLXVI do *Fioretto della Bibbia*, “Como Jesus foi mandado para a escola”, lê-se que Jesus amaldiçoou o professor que lhe dera um tapa e o fulminou com um só golpe. Diante da ira dos vizinhos, José disse: “Controle-se, meu filho, você não vê o ódio de toda essa gente contra nós?”. “Meu filho”: mas na mesma página, no capítulo imediatamente anterior, “Como Jesus, brincando com outras crianças, ressuscitou um menino que havia morrido”, Menocchio poderia ter lido esta resposta de Maria a uma mulher que lhe perguntara se Jesus era seu filho: “Sim, ele é meu filho; seu pai é o Deus único”.

A leitura de Menocchio era, evidentemente, parcial e arbitrária — quase uma mera procura de confirmação para idéias e convicções já estabelecidas de maneira sólida. Nesse caso, a certeza de que “Cristo era um homem nascido como todos nós”. Irracional era acreditar que Cristo tivesse nascido de uma virgem, que houvesse morrido na cruz: “Se era Deus eterno, não podia se deixar prender e ser crucificado”.

O uso que Menocchio faz de passagens como as do *Legendario* e do *Fioretto*, extraídas de evangelhos apócrifos, não deve nos surpreender. Diante do contraste entre a concisa simplicidade da palavra de Deus — “quatro palavras” — e a desmesurada proliferação da Escritura, a própria noção de apócrifo caía por terra.

Evangelhos apócrifos e evangelhos canônicos eram colocados no mesmo nível e considerados textos meramente humanos. Por outro lado, ao contrário do que se poderia esperar pelos testemunhos dos habitantes de Montereale (“Está sempre discutindo com um e com outro, possui a Bíblia em vulgar, e imagina que a base de seus argumentos esteja ali”), durante os interrogatórios Menocchio fez pouquíssimas alusões diretas à Escritura. Dir-se-ia até que as reelaborações paraescriturais do tipo do *Fioretto della Bibbia* lhe fossem mais familiares que a própria Bíblia em língua vulgar. Assim, em 8 de março, respondendo a uma pergunta não muito precisa do vigário-geral, Menocchio exclamou: “Acho que amar o próximo é um preceito mais importante do que amar a Deus”. Essa afirmação também se apoiava num texto. De fato, logo depois Menocchio acrescentou: “[...] porque eu li na *Historia del Giudicio* que, quando chegar o dia do Juízo, [Deus] dirá a um anjo: ‘Você é mau, nunca fez o bem para mim’; e o anjo responde: ‘Senhor, nunca o vi para fazer-lhe o bem’. ‘Eu tinha fome, e não me deu o que comer, eu tinha sede e não me deu o que beber, estava nu e não me vestiu, quando estava na prisão, não vinha me visitar.’ E por isso eu achava que Deus fosse o próximo, porque disse ‘Eu era aquele pobre’”.

Eis a passagem correspondente da *Historia del Giudicio*:

Ó vós que abençoados por meu pai
fostes, vinde minha glória possuir:
eu de sede e de fome padeci,
vós me destes de beber e de comer,
na prisão eu sofri grande tormento
e fostes vós quem sempre veio ver-me;
estive enfermo e visitado fui,
e, morto, vós me destes sepultura.
E estando todos cheios de alegria,
virão a Jesus Cristo perguntar:
“Quando, Senhor, de fome padecendo,
te demos de comer e de beber?
e quando enfermo foste visitado

*e, morto, te viemos sepultar?
quando foi que em prisão te visitamos,
e quando te trouxemos vestimenta?”
Cristo responderá de rosto ledo:
“Aquele pobre que de porta em porta
morto de fome, aflito e derrotado
por meu amor vinha pedir esmola,
não foi por vós expulso nem xingado,
mas comeu e bebeu do que era vosso,
aquele a quem destes por amor de Deus,
aquele pobre, sabe agora, era eu”.
Da esquerda então hão de querer falar
mas Deus os calará com grão furor
dizendo: “Pecadores de maus feitos,
queimai no inferno em sempiterno ardor.
Não me destes de beber nem de comer
nem bem fizestes por amor de mim.
Ide, malditos, para o fogo eterno,
onde tereis tormento sempiterno”.
Responderá aquela gente aflita:
“Quando, Senhor, foi que jamais te vimos
morto de fome, aflito e sofrendo,
quando em prisão passaste tantas penas?”
Então responderá Cristo glorioso:
“Quando ao pobre expulsáveis com desprezo,
sem do mísero ter qualquer piedade,
nem lhe fazer nenhuma caridade”.*

Como se pode notar, essas toscas oitavas reproduzem de maneira prosaica uma passagem do Evangelho de Mateus (25:41-46). Contudo, Menocchio se referiu a essa passagem e não ao texto evangélico. E aqui também a menção à página impressa — em substância, exata, excetuando-se a curiosa alteração que atribui aos anjos os protestos dos danados — resulta numa reelaboração. Porém, se nos casos anteriores a ênfase advinha principalmente de omissões, neste o procedimento é mais complexo.

Menocchio dá um passo à frente — na aparência um passo mínimo, mas na verdade enorme — em relação ao texto: se Deus é o próximo “porque disse ‘Eu era aquele pobre’”, é mais importante amar ao próximo do que amar a Deus. Era uma dedução que intensificava num sentido radical a insistência numa religiosidade prática, efetiva, comum a quase todos os grupos heréticos italianos da época. O bispo anabatista Benedetto d’Asolo também ensinava a fé em “um só Deus, um só Jesus Cristo, nosso senhor mediador” e a caridade com o próximo, porque “no dia do Juízo [...] não nos perguntarão outra coisa senão se demos de comer aos famintos, de beber aos sedentos, se vestimos os sem-roupas, visitamos os enfermos, demos pouso para os que passavam [...], sendo esses os fundamentos da caridade”. Todavia, a atitude de Menocchio em relação a esse tipo de prédica — se é que, como é provável, tenha chegado aos seus ouvidos — não era apenas receptiva. Uma tendência, claramente detectável, em reduzir a religião à moralidade aflora com frequência em seus discursos. Com uma argumentação incrível, em geral repleta de imagens concretas, Menocchio explicou ao inquisidor que blasfemar não é pecado “porque faz mal só a si próprio e não ao próximo, da mesma forma que, se eu tenho uma manta e decido desmanchá-la, faço mal só a mim mesmo e não aos outros, e acredito que quem não faz mal ao próximo, não comete pecado. Somos todos filhos de Deus e, se não nos fizermos mal uns aos outros, como, por exemplo, se um pai tem muitos filhos e um deles diz ‘maldito seja meu pai’, o pai o perdoa, mas, se quebra a cabeça de um outro, o pai não pode perdoar. Ele tem que pagar por isso. E assim eu disse que blasfemar não é pecado porque não faz mal a ninguém”. Portanto, quem não faz mal ao próximo, não comete pecado: a relação com Deus se torna irrelevante diante da relação com o próximo. E, se Deus é o próximo, por que então Deus?

Na verdade, Menocchio não deu esse último passo, que o teria levado a afirmar um ideal de justa convivência humana, totalmente isento de conotações religiosas. Para ele, o amor ao próximo permanecia como um preceito religioso, ou melhor, o verdadeiro coração da religião. Em geral, suas atitudes eram

oscilantes (por essa razão, no caso dele, deve-se falar apenas de uma *tendencial* redução da religião à moralidade). Costumava dizer aos seus concidadãos (segundo declarou a testemunha Bartolomeo di Andrea): “Eu ensino vocês a não fazer o mal, não roubar o que é dos outros e isso é o bem que se pode fazer”. Entretanto, no interrogatório da tarde de 1ª de maio, ao inquisidor que lhe pedira para precisar quais seriam as “obras de Deus” graças às quais se vai para o paraíso, Menocchio — que na verdade só falara de “boas obras” — respondeu: “Amá-lo [Deus], adorá-lo, santificá-lo, reverenciá-lo e agradecer-lhe; e é preciso que se seja caridoso, misericordioso, pacífico, amoroso, honrado, obediente aos superiores, que se perdoem as injúrias e se cumpram as promessas. Fazendo isso, se vai para o céu e isso basta para chegarmos lá”. Nesse caso, os deveres para com o próximo eram postos lado a lado com os deveres para com Deus, sem que fosse negada a superioridade dos primeiros em relação aos segundos. Mas a lista das “más obras” que veio a seguir — “roubar, assassinar, cometer usura, crueldades, desonra, vitupério e homicídio: estas são sete obras que desagradam a Deus, causam danos ao mundo e agradam ao demônio” — versava unicamente sobre as relações entre os homens, sobre a capacidade do homem de prejudicar o próximo. A religião simplificada de Menocchio (“Fazendo isso, se vai para o céu e isso basta para chegarmos lá”) não podia ser aceita pelo inquisidor: “Quais são os mandamentos de Deus?”. “Acho”, respondeu Menocchio, “que são aqueles que eu acabei de citar.” “Evoacar o nome de Deus, santificar as festas não são preceitos de Deus?” “Isso eu não sei.”

Na verdade, era justamente a insistência exclusiva na mensagem evangélica em sua forma mais simples e nua que permitia deduções extremas como as formuladas por Menocchio. Esse risco tinha sido pressentido com excepcional clareza, quase cinquenta anos antes, por um dos textos mais significativos do evangelismo italiano — um opúsculo anônimo publicado em Veneza sob o título *Alcune ragioni del perdonare*. O autor, Tullio Crispoldi, elaborando uma série de prédicas do bispo de Verona, Gian

Matteo Giberti, do qual era fiel colaborador, se esforçava em demonstrar, com argumentos de todos os tipos, que o sumo da religião cristã consistia na “lei do perdão”, em perdoar o próximo para ser perdoado por Deus. A certa altura, porém, não se escondia que a “lei do perdão” podia ser interpretada de maneira exclusivamente humana, colocando, portanto, “em perigo” o culto a Deus: “O perdoar é um remédio tão grande e poderoso que Deus, ao fazer essa lei, pôs em perigo toda a fé que a ele se deve e até mesmo parece uma lei feita pelos homens, em nome de todos os homens, através da qual se diz abertamente que Deus não considera as injúrias que lhe fazemos, ainda que sejam tantas, desde que entre nós nos amemos e perdoemos. E de fato, se essa lei não desse a quem perdoa a graça de sair dos pecados e de ser homem de bem, poderia julgar-se que essa lei não fosse lei de Deus para governar os homens, e sim, unicamente, lei dos homens que, para viver em paz, não se preocupam com delitos ou pecados que são cometidos em segredo, de acordo ou de modo que não disturbem a paz e o viver no mundo. Mas, vendo que quem pela honra de Deus perdoa obtém o que deseja de Deus e que é de Deus o favorito, tornando-se apto só para as obras boas, fugindo das ruínas, as pessoas confirmam e reconhecem a bondade de Deus conosco”.

Portanto, apenas a intervenção sobrenatural da graça divina impede que se assuma o núcleo da mensagem de Cristo (a “lei do perdão”) como um vínculo puramente humano, político. A eventualidade dessa interpretação mundana da religião está bem presente para o autor do opúsculo. Ele conhece (e em parte é influenciado por ela) sua versão mais coerente, a de Maquiavel — e não a do Maquiavel disfarçado por uma tradição simplificadora na teorização da *religio instrumentum regni*, mas o Maquiavel dos *Discorsi*, que reconhece na religião, acima de tudo, um poderoso elemento de coesão política. No entanto, o objetivo polêmico da passagem que citamos parece ser outro: não tanto julgar levianamente a religião de fora, e sim corroer os fundamentos *de dentro*. O temor expresso por Crispoldi de que a “lei do perdão” possa ser entendida como “uma lei feita pelos homens, em nome de to-

dos os homens, através da qual se diz abertamente que Deus não considera as injúrias que lhe fazemos, ainda que sejam tantas, desde que entre nós nos amemos e perdoemos”, quase que refaz as palavras de Menocchio ao inquisidor, textualmente: “[...] acredito que quem não faz mal ao próximo, não comete pecado. Somos todos filhos de Deus e, se não nos fizermos mal uns aos outros, como, por exemplo, se um pai tem muitos filhos e um deles diz ‘maldito seja meu pai’, o pai o perdoa, mas, se quebra a cabeça de um outro, o pai não pode perdoar. Ele tem que pagar por isso”.

Naturalmente nada nos leva a supor que Menocchio conhecesse o *Ragioni del perdonare*. Contudo, existia na Itália do século XVI, nos ambientes mais heterogêneos, uma tendência (captada com perspicácia por Crispoldi) em reduzir a religião a uma realidade puramente mundana — a um vínculo moral ou político. Essa tendência era expressa por diferentes linguagens, partindo de pressupostos diversos. E, apesar disso, nesse caso talvez seja possível perceber uma convergência parcial entre os círculos mais avançados da alta cultura e os grupos populares de tendência radical.

Nesta altura, se retornarmos aos grosseiros versos da *Historia del Giudicio* citados por Menocchio para justificar sua própria afirmação (“Acho que amar ao próximo é um preceito mais importante do que amar a Deus”), fica claro que, mais uma vez, a rede interpretativa era de longe mais importante do que a “fonte”. Mesmo se a interpretação de Menocchio partira do texto, suas raízes eram profundas.

20

Entretanto, houve textos que foram de fato importantes para Menocchio, e entre eles, como ele mesmo admitiu, em primeiro lugar estava o *Cavallier Zuanne de Mandavilla*, isto é, *As viagens de sir John Mandeville*. Quando o processo foi reaberto em Portogruaro, os inquisidores repetiram, ameaçadoramente desta vez, a

exortação de sempre, para que desse os nomes “de todos os seus companheiros, caso contrário agiriam com mais rigor contra ele, já que parece impossível a este Santo Ofício que tenha aprendido sozinho tanta coisa e não tenha companheiros”. “Senhor, não sei de ter ensinado jamais alguém”, foi a resposta de Menocchio, “nem jamais tive companheiros nas minhas opiniões; e o que eu disse, disse por causa daquele livro do Mandavilla que eu li”. E ainda, numa carta enviada da prisão aos juízes, como veremos, Menocchio enumerou, em segundo lugar, entre as causas dos seus próprios erros, “ter lido aquele livro do Mandavilla, de tantas raças, e tão diversas leis, que me deixou todo confuso”. Por que “confuso”? Qual o motivo da inquietação? Para responder, é preciso, antes de mais nada, verificar o que o livro continha na realidade.

Escritas em francês, provavelmente em Liège, em meados do século XIV, e atribuídas a um fictício sir John Mandeville, *As viagens* são substancialmente uma compilação baseada tanto em textos geográficos como em enciclopédias medievais, como a de Vincent de Beauvais. Após ampla circulação manuscrita, a obra teve um grande número de edições impressas em latim e nas principais línguas européias.

As viagens estão divididas em duas partes, com conteúdos muito diversos. A primeira é um itinerário para a Terra Santa, uma espécie de guia turístico para peregrinos. A segunda é a descrição de uma viagem para o Oriente que atinge ilhas cada vez mais longínquas, até a Índia e Catai, isto é, a China. O livro termina com a descrição do paraíso terrestre e das ilhas que costeiam o reino do mítico Preste João. Ambas as partes são apresentadas como testemunhos diretos, mas, enquanto a primeira é rica em observações precisas e documentadas, a segunda é repleta de fantasia.

Sem dúvida, o conteúdo da primeira parte teve grande responsabilidade no excepcional sucesso alcançado pela obra. Sabe-se que até o final do século XVI a difusão das descrições da Terra Santa continuou a superar a das descrições do Novo Mundo. E o leitor de Mandeville podia adquirir uma série de conhecimen-

tos pormenorizados tanto dos lugares sagrados e da localização das principais relíquias ali conservadas como dos usos e costumes dos habitantes. A indiferença de Menocchio em relação às relíquias, como se pode lembrar, era absoluta, mas a minuciosa descrição das particularidades teológicas ou rituais da Igreja grega e dos “diversos hábitos dos cristãos” (samaritanos, jacobitas, sorianos, georgianos) que viviam na Terra Santa e de suas divergências com a Igreja de Roma despertou seu interesse. Sua recusa do valor sacramental da confissão terá sido confirmada, ou talvez estimulada, pela descrição feita por Mandeville da doutrina dos jacobitas, assim chamados porque foram convertidos por são Tiago (Jacopo): “Dizem que se deve confessar só a Deus e só a ele prometer se corrigir; quando querem se confessar, porém, acendem o fogo e ali jogam incenso e outras espécies odoríferas e entre a fumaça se confessam a Deus, pedem sua misericórdia”. Esse modo de se confessar era definido por Mandeville como “natural” e “primitivo” (dois adjetivos densos de significado para um leitor do século XVI), embora se apressasse em reconhecer que “os santos padres e papas que lhe são posteriores ordenaram que se confessasse ao homem e com razão, porque eles observaram que doença alguma pode ser curada, não se pode dar o remédio certo, se não se conhece a natureza do mal; da mesma forma, não se pode dar a penitência certa se não se sabe a qualidade do pecado, já que os pecados não são iguais, nem no tempo, nem no espaço. Convém saber a natureza do pecado no tempo e no espaço e depois dar a penitência”. Ora, Menocchio — ainda que colocasse no mesmo plano confessar-se ao padre ou a uma árvore — admitiu, como vimos, que o padre poderia dar a quem não sabia o “conhecimento da penitência”: “Se esta árvore conhecesse a penitência, daria no mesmo; alguns homens procuram os padres porque não sabem que penitências devem ser feitas para seus pecados, esperando que os padres as ensinem, mas, se eles soubessem, não teriam necessidade de procurá-los”. Reminiscência de Mandeville?

Fascínio ainda maior deve ter exercido sobre Menocchio a longa exposição de Mandeville acerca da religião de Maomé. No

segundo processo é revelada a tentativa do moleiro (todavia, como já comentamos, o testemunho não é seguro) de satisfazer sua curiosidade a respeito, lendo diretamente o Alcorão, que foi traduzido na Itália em meados do século XVI. Porém, com as viagens de Mandeville, Menocchio já pudera aprender certas convicções sustentadas pelos maometanos, em parte conformes com algumas afirmações suas. Segundo o Alcorão, relatava Mandeville, “entre todos os profetas, Jesus foi o mais excelente e o mais próximo de Deus”. Menocchio, quase repetindo suas palavras: “Minha dúvida é [...] que não tivesse sido Deus, mas um profeta qualquer, um homem de bem, que Deus mandou pregar neste mundo”. Ainda em Mandeville, Menocchio pudera encontrar uma clara recusa da crucificação de Cristo, tida como impossível porque contraditória com a justiça de Deus: “Mas não foi jamais crucificado como dizem, ou melhor, Deus o fez ascender a ele, sem morte, sem mácula, e transformou-o em outro, chamado Judas Iscariotes; esse sim foi crucificado pelos judeus, que pensaram que fosse Jesus, o qual subira aos céus para julgar o mundo e dizem [...], nesse artigo que estamos citando, que a grande justiça de Deus não poderia fazer nada sofrer...”. De acordo com o testemunho de um contemporâneo, parece que Menocchio defendia algo semelhante: “Não é verdade que Cristo tenha sido crucificado, mas sim Simão da Cirenaica”. É evidente que para Menocchio também a crucificação, o paradoxo da cruz, era inaceitável: “Parecia-me inacreditável que um senhor se deixasse prender assim e por isso eu duvidava que, tendo sido crucificado, fosse Deus; talvez algum profeta...”.

São semelhanças indiscutíveis, embora parciais. Mas parece impossível que a leitura dessas páginas pudesse inquietar Menocchio. Menos ainda o severo juízo sobre a cristandade que Mandeville atribuíra ao sultão: “Eles [os cristãos] deveriam dar exemplo fazendo o bem às pessoas comuns, deveriam ir ao templo e servir a Deus, e estão o dia todo girogirando pelas tavernas, bebendo, comendo como animais [...]. Eles deveriam ser simples e humildes, mansos e caridosos como foi Jesus no qual eles crêem, mas fazem o contrário, o inverso, e são todos inclinados para o

mal, e tanta é a cobiça, a avareza que por pouco dinheiro vendem os filhos, irmãs e as próprias mulheres como meretrizes; roubam um a mulher do outro, não se mantêm na fé, não respeitando a lei que Jesus Cristo deixou para eles se salvarem... ”.

Esse quadro da corrupção da cristandade, escrito duzentos anos antes, foi provavelmente lido por Menocchio como um texto contemporâneo e atualíssimo. A avidez dos padres e frades, os privilégios, as prevaricações dos muitos que se diziam seguidores de Cristo estavam debaixo dos seus olhos a cada dia. Nas palavras do sultão, Menocchio pôde encontrar mais uma confirmação e uma legitimação da sua crítica aguda à Igreja e não, com certeza, um motivo de perturbação. Esse deve ser procurado em outro lugar.

21

“O povo desta terra tem diversas leis; alguns adoram o sol, alguns as árvores, alguns as serpentes e outros a primeira coisa que encontram pela manhã; alguns simulacros, outros ídolos... ”: era o que afirmava Mandeville, quase no início da segunda parte de suas viagens, falando de Chana, uma ilhota próxima da Índia. Aqui encontramos uma referência — repetida, a seguir, muitas vezes — às “diversas leis”, à variedade das crenças e dos costumes religiosos que tanto “confundira” Menocchio. Através dos contos de Mandeville, de suas descrições, na maior parte fantásticas, de terras longínquas, o universo mental de Menocchio se dilatava extraordinariamente. Não mais Montereale, Pordenone e no máximo Veneza, lugares da sua existência de moleiro — mas sim Índia, Catai, ilhas povoadas por canibais, pigmeus, homens com cabeças de cão. E justamente sobre os pigmeus Mandeville escrevera uma página que alcançaria grande sucesso: “É um povo de pequena estatura, cerca de três palmos, homens e mulheres belos e graciosos por causa do tamanho. Casam-se com a idade de seis meses e com dois ou três anos já têm filhos; em geral, não vivem mais que seis ou sete anos e os que chegam a sete são con-

siderados velhíssimos. Esses pigmeus são os mais habilidosos e os melhores mestres no trabalho com a seda, ou algodão e qualquer outra coisa que exista no mundo. Com frequência fazem guerra contra os pássaros do lugar e muitas vezes são mortos e comidos por eles. Essa pequena gente não trabalha na terra, nem tem vinhas, mas existia gente grande como nós que trabalham a terra para eles. Eles [os pigmeus] [...] desprezam-nos assim como nós os desprezariamos se vivêssemos junto com eles...”

No desprezo dos pigmeus pela “gente grande como nós” concentra-se a estranha sensação provocada em Menocchio por esse livro. A diversidade das crenças e dos costumes registrados por Mandeville levou-o a se interrogar sobre o fundamento de suas próprias crenças, de seu comportamento. Aquelas ilhas, em grande parte imaginárias, lhe deram um ponto de apoio a partir do qual passou a olhar o mundo em que nascera e crescer. “Tantas raças, e [...] tão diversas leis”, “muitas ilhas, cada uma vivendo à sua maneira”, “muitos e diversos tipos de nações, uns acreditando de um modo, outros de outro” — durante o processo, Menocchio insistiu nesse ponto, retornando sempre a ele. Na mesma época, um nobre de Périgord, Michel de Montaigne, sofria um choque relativista análogo lendo os relatórios sobre os indígenas do Novo Mundo.

Mas Menocchio não era Montaigne, era só um moleiro autodidata. Sua vida transcorreria quase exclusivamente entre os muros da aldeia de Montereale. Não sabia grego nem latim (no máximo alguns fragmentos de orações); lera poucos livros, em geral por acaso. Desses, mastigara, triturara cada palavra. Ele os ruminava durante anos; durante anos palavras e frases fermentaram em sua cabeça. Um exemplo esclarecerá os mecanismos dessa longa e cansativa reelaboração. No capítulo CXLVIII das *Viagens* de Mandeville, intitulado “Da ilha de Dundina onde se comem uns aos outros quando não podem escapar, e do poder do seu rei, o qual é senhor de 54 outras ilhas, e dos muitos tipos de homens que vivem nessas ilhas”, Menocchio encontrara esta página:

“Nesta ilha existe gente de natureza diversa, o pai come o filho, o filho o pai, o marido a mulher e a mulher o marido. Quan-

do o pai ou a mãe, ou então algum dos seus amigos está doente, imediatamente o filho, ou outra pessoa, procura o padre da sua religião para pedir-lhe que consulte o ídolo deles; este, por ter o diabo por trás, lhe diz que aquele não morrerá desta vez e ensina a eles o modo de curá-lo. Assim o filho retorna, conta ao pai e faz o que o ídolo lhe ensinara até que ele sare. O mesmo fazem os maridos pelas mulheres, os amigos um pelo outro. E, se o ídolo disser que é caso de morte, o padre acompanha o filho e a mulher, ou então o amigo doente, e lhe metem um pano na boca para asfixiá-lo, e assim, sufocando-o, matam-no cortando, em seguida, seu corpo em pedaços; todos os amigos aparecem para rezar e comer daquele corpo morto. Reúnem quantos pífaros possam ter e assim comem em grande festa e com grande solenidade. Quando acabam de comer, recolhem os ossos e os enterram cantando com grande festa e muita música. Os amigos e parentes que não participam dessa festa são recriminados e sentem muita vergonha e dor, porque não são mais considerados amigos. Dizem que comem a carne para liberar o amigo do sofrimento; se a carne é muito magra, os amigos dizem que foi um pecado deixá-lo definhando e sofrer tanto sem razão; se a carne é gorda, dizem que está bem e que logo mais estará no paraíso, e que não teve sofrimentos...”

Essa descrição de canibalismo ritual atingiu Menocchio profundamente (como atingira Leonardo, que dela extraiu o motivo para investir contra a maldade dos homens). Isso emerge com clareza no interrogatório de 22 de fevereiro. O vigário-geral perguntou pela enésima vez: “Diga-me quais eram seus companheiros de idéias”. Menocchio respondeu: “Senhor, nunca encontrei ninguém com estas opiniões; as minhas opiniões saíram da minha própria cabeça. É verdade que li um livro que foi emprestado pelo nosso capelão, *messer Andrea da Maren*, que hoje vive em Monte Real, intitulado *Il cavallier Zuanne de Mandavilla*; acredito que fosse francês, impresso em língua italiana vulgar. Ele me emprestou há uns cinco ou seis anos, mas eu já o devolvi há dois anos. Esse livro tratava da viagem para Jerusalém e de algumas divergências entre gregos e o papa; tratava também do grande Khan, da cidade da Babilônia, do Preste João, de Jerusalém e de muitas ilhas,

cada uma vivendo à sua maneira. O cavaleiro esteve com o sultão, que o interrogou sobre os padres, cardeais, papas e clérigos; dizia que Jerusalém era dos cristãos e que, pelo mau governo destes e do papa, Deus a retirou deles. Falava ainda de um lugar que quando alguém morria...”. Nesse ponto o inquisidor interrompeu impacientemente Menocchio para perguntar-lhe “se esse livro não falava do caos”. E Menocchio respondeu: “Não, senhor, mas sobre isso eu li no *Fioretto della Bibbia*, mas as outras coisas que eu disse sobre o caos eu tirei da minha própria cabeça”. Logo em seguida, retomou o discurso interrompido: “Esse mesmo livro do cavaleiro Mandavilla dizia também que, quando os homens estavam doentes, próximos da morte, procuravam o padre, e o tal padre consultava um ídolo que lhe dizia se o doente devia morrer ou não; caso sim, o padre o sufocava e junto com outros o comia; se o sabor era bom, não tinha pecados; se era ruim, tinha muitos pecados e tinham feito muito mal em deixá-lo viver tanto. E dali tirei minha opinião de que, morto o corpo, a alma também morre, já que existem muitos e diversos tipos de nações, uns acreditando de um modo, outros de outro”.

Mais uma vez a ardente memória de Menocchio fundiria, transpusera, modelara palavras e frases. O morto de carne muito magra transformara-se, sem mais, em ruim (de ser comido); o de carne gorda, bom (de ser comido). A ambigüidade gastronômico-moral desses termos (*bom*, *ruim*) atraía a referência aos pecados, deslocando-a do matador para o morto. Portanto, quem era bom (de ser comido) não tinha pecados; quem era ruim (de ser comido) estava cheio de pecados. Nesse ponto precipitara-se a dedução de Menocchio: não existe o além, não existem penas ou recompensas futuras, o paraíso e o inferno são desta terra, a alma é mortal. Como sempre, Menocchio deformava agressivamente (de maneira completamente involuntária, é claro) o texto. A torrente de perguntas que Menocchio colocava aos livros ia muito além da página escrita. Mas, nesse caso, a função do texto não era em absoluto secundária: “E dali tirei minha opinião de que, morto o corpo, a alma também morre, já que existem muitos e diversos tipos de nações, uns acreditando de um modo, outros de outro”.

Entretanto, a insistência na variedade das leis e dos costumes era apenas um dos pólos da narração de Mandeville. No pólo oposto, encontrava-se o reconhecimento de um elemento que permanecia virtualmente constante em meio a tanta diversidade: a racionalidade, sempre acompanhada pela fé num Deus autor do mundo, um “Deus da natureza”. Depois de ter falado dos adoradores de ídolos e imagens da ilha de Chana, Mandeville detalhava: “E saibam que quem adora imagens, o faz em reverência a algum homem valente já morto, como Hércules e muitos outros que no tempo deles fizeram maravilhas; mas eles dizem saber que tais valentes não são deuses, ou melhor, existe um Deus da natureza que fez todas as coisas e sabem muito bem que aqueles não poderiam fazer as maravilhas que fizeram senão pela especial graça de Deus. E como aqueles foram amados por Deus, eles os adoram. Dizem coisa parecida sobre o sol, que muda o tempo e fornece calor e nutrição para todas as coisas sobre a terra, mas tantas virtudes do sol eles sabem muito bem que advêm de Deus, que o ama mais do que a todas as outras coisas, e lhes doou as maiores virtudes. Portanto, é compreensível, como dizem, que seja honrado e reverenciado...”.

“Compreensível.” Com um tom de sóbrio distanciamento, quase etnográfico, Mandeville registra realidades ou crenças exóticas, mostrando como por trás de suas monstruosidades ou absurdos se ocultava um núcleo racional. É verdade que os habitantes da ilha de Chana adoravam uma divindade que era metade boi, metade homem. Porém, eles consideravam o boi “o mais santo entre os animais que existem sobre a terra e, entre todos os outros, o mais útil”, enquanto o homem “é a mais nobre das criaturas e senhor de todos os animais”. Mas os cristãos também não atribuíam supersticiosamente qualidades benéficas ou malévolas a determinados animais? “Então não há por que se maravilhar se os pagãos, os quais, dada a sua simplicidade, não têm outra doutrina a não ser a natural, acreditam mais profundamente naqueles.” Os habitantes da ilha Hongamara (informa Mandeville)

possuem, todos, homens e mulheres, “cabeça de cão e são chamados cinocéfalos” — mas em seguida acrescenta: “e são pessoas razoáveis e de bom intelecto”. Por isso, no capítulo final do livro, na conclusão da narrativa de suas viagens extraordinárias, Mandeville podia declarar de maneira solene aos leitores: “[...] e saibam que em todo aquele país [Catai] e em todas as ilhas com gente diferente e diversas leis e fé, as quais descrevi, não há ninguém ali, possuidor de intelecto e razão, que não tenha ao menos um artigo da nossa fé e algum ponto importante da nossa crença, e que não acredite que o mundo foi criado por Deus, a quem chamam *Iretarge*, isto é, Deus da natureza, segundo disse o profeta: ‘*et metuent eum omnes fines terrae*’, e em outro lugar, ‘*omnes gentes serviet ei etc.*’; mas eles não sabem falar perfeitamente de Deus Pai nem Filho e nem Espírito Santo, nem sabem falar da Bíblia, especialmente do Gênesis e dos outros livros de Moisés, do Êxodo, dos profetas, mas eles não têm ninguém para lhes ensinar, sabem só o que aprenderam naturalmente...”. Mandeville solicitava uma tolerância ilimitada para com esses povos: “[...] e embora essa gente [os habitantes das ilhas Mesidarata e Genosaffa] não tenha artigos de fé iguais aos nossos, pela boa-fé natural deles e pelas suas boas intenções eu penso e tenho certeza de que Deus os ama e aceita de bom grado suas oferendas como fez com Jó. Por essa razão é que Nosso Senhor dizia pela boca do profeta Oséias: ‘*ponam eis multiplices leges meas*’; em outro lugar, na Escritura, está escrito: ‘*qui totum subdit orbem legibus*’. Algo parecido disse Nosso Senhor no Evangelho: ‘*alias oves habeo quae non sunt ex hoc ovili*’, querendo dizer que existem outros servos além dos que estão subordinados à lei cristã [...] não se deve ter ódio nem desprezo por nenhum cristão pela diversidade das suas leis, nem julgá-los; deve-se, isso sim, rezar por eles, porque não sabemos quem Deus ama e quem odeia, embora Deus não odeie criatura alguma que ele tenha feito”.

Portanto, através das *Viagens* de Mandeville, essa inocente narração intrincada de elementos fabulosos, traduzida e reimpressa inúmeras vezes, um eco da tolerância religiosa medieval chegava até a idade das guerras religiosas, das excomunhões, da

queima dos heréticos. Era provavelmente apenas um dos múltiplos canais que alimentavam a corrente popular — até hoje muito pouco conhecida — favorável à tolerância, cujas pistas, raras, se podem distinguir no decorrer do século XVI. Outro canal consistia no persistente sucesso da lenda medieval dos três anéis.

23

Menocchio, tomando conhecimento dessa lenda, ficou tão perturbado que passou a contá-la detalhadamente, durante o segundo processo (12 de julho de 1599), ao inquisidor que o estava julgando, desta vez o franciscano Gerolamo Asteo. Depois de admitir que havia dito no passado (“mas não sei a quem”) que “nascera cristão e que por isso queria continuar cristão, mas, se tivesse nascido turco, ia querer continuar turco”, Menocchio acrescentou: “Conceda-me a graça de me ouvir, senhor. Um grande senhor declarou seu herdeiro aquele que tivesse um certo anel precioso; aproximando-se da morte, mandou fazer outros dois anéis parecidos com o primeiro e, como tinha três filhos, deu a cada um deles um anel. Cada um deles julgava ser o herdeiro e ter o verdadeiro anel, mas, dada a semelhança, não se podia saber ao certo. Do mesmo modo, Deus possui vários filhos que ama, isto é, os cristãos, os turcos e os judeus, e a todos deu a vontade de viver dentro da própria lei e não se sabe qual seja a melhor. Mas eu disse que, tendo nascido cristão, quero continuar cristão e, se tivesse nascido turco, ia querer viver como turco”. “O senhor acredita então”, insistiu o inquisidor, “que não se saiba qual seja a melhor lei?” Menocchio respondeu: “Senhor, eu penso que cada um acha que a sua fé seja a melhor, mas não se sabe qual é a melhor; mas, porque meu avô, meu pai e os meus são cristãos, eu quero continuar cristão e acreditar que essa seja a melhor fé”.

É um momento extraordinário num processo como esse, extraordinário do início ao fim. Os papéis se inverteram provisoriamente, Menocchio tomou a iniciativa e tentou convencer o

juiz: “Conceda-me a graça de me ouvir, senhor”. Quem representa o papel da cultura dominante? E quem representa a cultura popular? Não é fácil responder. A forma pela qual Menocchio se utilizara da semelhança entre os três anéis tornava a situação ainda mais paradoxal. Ele declarou tê-la lido “não sei em que livro”. Só no interrogatório seguinte o inquisidor percebeu de que livro se tratava: “Está num livro proibido”. Quase um mês depois, Menocchio confessou o título: “Li no livro *Cento novelle*, de Boccaccio”, que lhe fora emprestado por “Nicolò de Melchiori” — possivelmente o tal pintor Nicola da Porcia, com quem, segundo uma testemunha, vimos, Menocchio tinha “aprendido as heresias”.

Tudo o que vimos até agora demonstra que Menocchio não reproduzia simplesmente opiniões e teses de outros. Seu modo de lidar com os livros, suas afirmações deformadas e trabalhosas são sem dúvida sinais de uma reelaboração original. É evidente que esta não partira do nada. Cada vez com mais nitidez, vemos como ali se encontram, de modos e formas a serem ainda precisados, correntes cultas e correntes populares. Talvez tenha sido Nicola da Porcia quem colocou nas mãos de Menocchio, além do *Sogno dil Caravia*, um exemplar do *Decameron*. Mas esse livro, ou ao menos parte dele — o terceiro conto do primeiro dia, no qual é contada a lenda dos três anéis —, causou profunda impressão em Menocchio. Como ele reagia aos outros contos de Boccaccio infelizmente não sabemos. É provável que sua atitude religiosa, tão contrária às limitações confessionais, tenha encontrado confirmação no conto do judeu Melquisedeque. Porém, justamente a página de Boccaccio sobre a lenda dos três anéis havia sofrido o corte da censura contra-reformística, notoriamente muito mais atenta às passagens perigosas no plano religioso do que a presumíveis obscenidades. Na verdade, Menocchio deve ter lido uma edição mais antiga, ou que não houvesse sido vítima das intervenções dos censores. Assim, o choque entre Gerolamo Asteo, inquisidor e canônico, e o moleiro Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, a respeito do conto dos três anéis e sua exaltação à tolerância foi, de alguma forma,

simbólico. A Igreja católica nesse período combatia em duas frentes: contra a cultura erudita velha e nova, irreduzível aos esquemas contra-reformísticos, e contra a cultura popular. Entre esses dois inimigos tão diversos às vezes existiam, como vimos, convergências subterrâneas.

A resposta de Menocchio à pergunta do inquisidor — “O senhor acredita então que não se saiba qual seja a melhor lei?” — foi sutil: “Senhor, eu penso que cada um acha que a sua fé seja a melhor, mas não se sabe qual é a melhor...”. Era a tese dos fautores da tolerância, tolerância que Menocchio estendia — como Castellione — não só às três grandes religiões históricas, mas também aos heréticos. E assim, como nos teóricos contemporâneos, a posição de Menocchio acerca da tolerância tinha um conteúdo positivo: “A majestade de Deus distribuiu o Espírito Santo para todos: cristãos, heréticos, turcos, judeus, tem a mesma consideração por todos, e de algum modo todos se salvarão”. Mais do que tolerância em sentido estrito, tratava-se do reconhecimento explícito da equivalência de todas as fés, em nome de uma religião simplificada, sem caracterizações dogmáticas ou confessionais. Algo parecido com a fé no “Deus da natureza” que Mandeville encontrara em todas as populações, até nas mais remotas, mais disformes e monstruosas — mesmo que, como veremos, Menocchio tenha de fato rejeitado a idéia de um Deus criador do mundo.

Porém, em Mandeville tal reconhecimento era acompanhado pela reafirmação da superioridade da religião cristã contra a verdade parcial das outras religiões. Pela enésima vez, portanto, Menocchio tinha extrapolado os textos. Seu radicalismo religioso, embora tendo ocasionalmente se nutrido de temas da tolerância medieval, ia muito mais ao encontro das sofisticadas teorizações religiosas dos heréticos contemporâneos de formação humanista.

24

Vimos, portanto, como Menocchio lia seus livros: destacava, chegando a deformar, palavras e frases; justapunha passagens diversas, fazendo explodir analogias fulminantes. Toda vez que confrontamos os textos com suas reações a eles, fomos levados a postular que Menocchio possuía uma chave de leitura oculta que as possíveis relações com um ou outro grupo de heréticos não são suficientes para explicar. Menocchio triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido. Suas afirmações mais desconcertantes nasciam do contato com textos inócuos, como *As viagens*, de Mandeville, ou a *Historia del Giudicio*. Não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva.

25

Retornemos então à cosmogonia de Menocchio, que no início nos parecera indecifrável. Agora podemos reconstruir sua complexa estratificação. Ela começava desviando-se imediatamente do Gênesis e de sua interpretação ortodoxa, afirmando a existência de um caos primordial: “Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos...” (7 de fevereiro). Num interrogatório subsequente, como vimos, o vigário-geral interrompeu Menocchio, que discorria sobre as *Viagens* de Mandeville, e lhe perguntou “se esse livro não falava do caos”. Menocchio negou, repropondo (desta vez, de forma consciente) o já citado cruzamento entre cultura escrita e cultura oral: “Não, senhor, mas sobre isso eu li no *Fioretto della Bibbia*, mas as outras coisas que eu disse sobre o caos eu tirei da minha própria cabeça”.

Na verdade, Menocchio não se lembrava muito bem. O *Fioretto della Bibbia* não falava propriamente do caos. Apesar disso, a narrativa bíblica sobre a criação é precedida, sem preocupação nenhuma com a coerência, de uma série de capítulos derivados em

grande parte do *Elucidarium*, de Honório d'Autun, em que a metafísica se mistura à astrologia, e a teologia à doutrina dos quatro temperamentos. O capítulo IV do *Fioretto*, “Como Deus criou o homem a partir dos quatro elementos”, começa da seguinte maneira: “Como está dito, Deus no princípio fez uma grande matéria, a qual não tinha forma, nem feição, e fez tanta que podia dali tirar ou fazer o que quisesse; dividiu-a e distribuiu-a e dela retirou o homem formado pelos quatro elementos [...]”. Aqui, como se vê, é postulada a indistinção primordial dos elementos, o que de fato exclui a criação *ex nihilo*, todavia o caos não é mencionado. É provável que Menocchio tenha tomado conhecimento desse termo erudito num livro ao qual se referiu incidentalmente durante o segundo processo (mas em 1584, como se verá, já o sabia): o *Supplementum supplementi delle croniche*, do ermitão Jacopo Filippo Foresti. Essa crônica, escrita no final do século XV, porém alicerçada em bases ainda claramente medievais, começa com a criação do mundo. Depois de ter citado Agostinho, patrono da sua ordem, Foresti escreveu: “[...] e está dito, no princípio Deus fez o céu e a terra: não que este existisse realmente, mas porque existia em potencial, para que depois se escrevesse que o céu fora feito; é como se, considerando as sementes de uma árvore, já falássemos em raiz, tronco, ramos, frutos e folhas: não que já existam, mas porque vão existir. E assim se diz que no princípio Deus fez o céu e a terra, quando a matéria do céu e da terra ainda estava fundida, mas, como estava certo de que seria o céu e a terra, tal matéria já foi chamada de céu e terra. Essa forma enorme, sem figuras definidas, foi chamada por Ovídio, no início de seu livro mais volumoso, e também por alguns filósofos, de Caos, o qual Ovídio menciona nesse mesmo livro, dizendo: ‘Antes da terra, do mar, do céu que tudo cobre, a natureza era uma massa que os filósofos chamavam Caos, uma grande e indigesta matéria: e não era mais do que uma massa incerta e inerte reunindo num mesmo círculo, e as sementes discordantes de coisas não bem combinadas’”.

Partindo da idéia de harmonizar a Bíblia com Ovídio, Foresti acabou por expor uma cosmogonia mais ovidiana que bíblica. A concepção de um caos primordial, de “grande e indiges-

ta matéria”, atingiu profundamente Menocchio. Daí ele extraiu, depois de muito pensar, “as outras coisas [...] sobre o caos [...] da sua própria cabeça”.

Menocchio tentou comunicar essas “coisas” aos seus contemporâneos: “Eu ouvi ele dizer que no princípio este mundo era nada, que a água do mar foi batida como a espuma e se coagudou como o queijo, do qual nasceu uma infinidade de vermes; esses vermes se tornaram homens, dos quais o mais potente e sábio foi Deus e os outros lhe dedicaram obediência...”.

Tratava-se de um testemunho muito indireto, até mesmo de terceira mão: Povoledo estava relatando o que um amigo lhe contara oito dias antes, “caminhando pela rua, indo para o mercado em Pordenone”; e o amigo, por sua vez, lhe tinha repetido o que ouvira de um outro amigo, que havia falado com Menocchio. De fato, Menocchio, no primeiro interrogatório, deu uma versão um pouco diferente: “Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos [...] e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos. A santíssima majestade quis que aquilo fosse Deus e os outros, anjos, e entre todos aqueles anjos estava Deus, *ele também criado daquela massa, naquele mesmo momento...*”. Aparentemente, ao passar de boca em boca, o discurso de Menocchio havia sido simplificado e distorcido. Uma palavra difícil como “caos” desaparecera, sendo substituída por uma variante mais ortodoxa (“No princípio este mundo era nada”). A seqüência queijo-vermes-anjos-santíssima majestade-Deus, o mais potente dos anjos-homens, tinha sido reduzida, durante a trajetória, a outra, queijo-vermes-homens-Deus, o mais potente dos homens.

Porém, na versão dada por Menocchio, a referência à espuma batida da água do mar não estava presente. Impossível que Povoledo a tivesse inventado. A seqüência do processo mostrou claramente que Menocchio estava pronto a variar este ou aquele elemento da sua cosmogonia, desde que mantivesse intacto seu caráter essencial. Assim, à indagação do vigário-geral — “O que era essa santíssima majestade?” — respondeu: “Eu entendo a san-

tíssima majestade como o *espírito de Deus, que sempre existiu*". Num interrogatório subsequente ainda precisou: no dia do Juízo, os homens serão julgados "por aquela santíssima majestade que eu citei antes, *que existia antes que existisse o caos*". E, numa versão ulterior, substituiu Deus pela "santíssima majestade", o Espírito Santo por Deus: "Eu acredito que o eterno Deus daquele caos do qual eu já falei tenha retirado dali a mais perfeita luz, assim como se faz o queijo, e daquela luz fez os espíritos que nós chamamos anjos, entre os quais elegeram o mais nobre, e a ele deu toda sua sabedoria, toda sua vontade e todo seu poder, e este é o que nós chamamos Espírito Santo, o qual foi colocado por Deus na criação do mundo inteiro...". Quanto à anterioridade de Deus em relação ao caos, mudou ainda uma vez de opinião: "Esse Deus estava no caos como alguém que está na água e quer se expandir, como alguém que está num bosque e quer se expandir: seu intelecto, tendo recebido conhecimento, quis se expandir para criar este mundo". "Mas então", perguntou o inquisidor, "Deus foi sempre eterno e esteve sempre no caos?" "Eu acredito que sempre tenham estado juntos, nunca separados, isto é, nem o caos sem Deus, nem Deus sem o caos." Diante dessa miscelânea, o inquisidor tentou (era 12 de maio) obter um pouco de clareza antes de concluir definitivamente o processo.

26

INQUISIDOR: O senhor pareceu se contradizer nas respostas anteriores, quando falou de Deus, porque numa disse que Deus é eterno com o caos e, em outra, disse que ele foi feito do caos. Agora esclareça seu pensamento.

MENOCCHIO: A minha opinião é que Deus é eterno com o caos, mas não conhecia a si próprio e nem era vivo, mas depois se conheceu, e isso é o que eu entendo por ter sido feito do caos.

INQUISIDOR: O senhor disse anteriormente que Deus tinha intelecto; como é então que antes não conhecia a si mesmo e

qual foi a causa que o fez se conhecer? Explique também o que aconteceu a Deus que possibilitou que ele, não estando vivo, se tornasse vivo depois.

MENOCCHIO: Acredito que tenha acontecido com Deus o mesmo que acontece às coisas deste mundo, que vão da imperfeição à perfeição, como uma criança, por exemplo, que, enquanto está no ventre da mãe, não compreende, nem vive, mas logo que sai começa a viver e, à medida que cresce, começa a entender; assim Deus, que era imperfeito enquanto estava no caos, não compreendia nem vivia, mas depois, se expandindo nesse caos, começou a viver e a compreender.

INQUISIDOR: Esse intelecto divino no princípio conhecia todas as coisas distintamente e em detalhes?

MENOCCHIO: Ele conhecia todas as coisas que deveriam ser feitas, sabia do homem e também que daquele deveriam nascer outros, mas não conheceu todos aqueles que deveriam nascer, como, por exemplo, os que tocam os rebanhos sabem de quais animais vão nascer outros, mas não sabem especificamente todos os que vão nascer. Assim, Deus via tudo, mas não via todos os detalhes do que viria a acontecer.

INQUISIDOR: No princípio esse intelecto divino teve conhecimento de todas as coisas: de onde recebeu essa informação, da sua própria essência ou por outra via?

MENOCCHIO: O intelecto recebia conhecimento do caos, onde todas as coisas se encontravam confundidas, e em seguida o caos deu ordem e compreensão a esse intelecto, assim como nós conhecemos a terra, a água, o ar e o fogo e aos poucos pudemos distingui-los.

INQUISIDOR: Esse Deus não possuía vontade e poder antes que fizesse todas as coisas?

MENOCCHIO: Sim, assim como nele crescia o conhecimento, também cresciam vontade e poder.

INQUISIDOR: Poder e querer são a mesma coisa para Deus?

MENOCCHIO: São distintas, assim como são para nós: quando existe o querer, é preciso que exista o poder para fazer alguma coisa. Por exemplo, o carpinteiro, se quiser fazer um banco,

precisa de instrumentos para poder fazê-lo e, se não tiver a madeira, sua vontade é inútil. O mesmo dizemos sobre Deus; além do querer, é preciso o poder.

INQUISIDOR: Qual é o poder de Deus?

MENOCCHIO: Operar através de trabalhadores.

INQUISIDOR: Os anjos, que para o senhor são ministros de Deus na criação do mundo, foram feitos diretamente por Deus, ou então por quem?

MENOCCHIO: Foram produzidos pela natureza, a partir da mais perfeita substância do mundo, assim como os vermes nascem do queijo, e quando apareceram receberam vontade, intelecto e memória de Deus, que os abençoou.

INQUISIDOR: Poderia Deus fazer todas as coisas sozinho, sem a ajuda dos anjos?

MENOCCHIO: Sim; assim como alguém que constrói uma casa usa trabalhadores e ajudantes mas se diz que fez tudo sozinho, Deus, na criação do mundo, usou os anjos, mas se diz que foi Deus quem o fez. E, da mesma forma que aquele construtor poderia ter feito sua casa sozinho, mas levaria mais tempo, Deus poderia ter construído o mundo sozinho, mas em muito mais tempo.

INQUISIDOR: Se não tivesse existido a substância da qual foram produzidos todos os anjos, se não tivesse existido o caos, Deus teria podido fazer toda a máquina do mundo sozinho?

MENOCCHIO: Eu acredito que não se possa fazer nada sem matéria e Deus também não poderia ter feito coisa alguma sem matéria.

INQUISIDOR: Aquele espírito ou anjo supremo, pelo senhor chamado de Espírito Santo, é da mesma natureza e essência de Deus?

MENOCCHIO: Deus e os anjos são da mesma essência do caos, mas diferentes em perfeição, porque a substância de Deus é mais perfeita e não é a mesma do Espírito Santo, sendo Deus a luz mais perfeita; o mesmo digo de Cristo, que é de substância inferior à de Deus e à do Espírito Santo.

INQUISIDOR: O Espírito Santo é tão poderoso quanto Deus? E Cristo também é tão poderoso quanto Deus e o Espírito Santo?

MENOCCHIO: O Espírito Santo não é tão poderoso quanto Deus e nem Cristo é tão poderoso quanto Deus e o Espírito Santo.

INQUISIDOR: Aquele que o senhor chama de Deus foi feito, produzido por alguém?

MENOCCHIO: Não foi produzido por outros, mas recebe seu movimento das mudanças do caos e vai da imperfeição à perfeição.

INQUISIDOR: E o caos, quem o move?

MENOCCHIO: Ele se move sozinho.

27

Assim, na sua linguagem densa, recheada de metáforas ligadas ao cotidiano, Menocchio explicava sua cosmogonia tranquilamente, com segurança, aos inquisidores estupefatos e curiosos (caso contrário, por que teriam conduzido um interrogatório tão detalhado?). Apesar da grande variedade de termos teológicos, um ponto permanecia constante: a recusa em atribuir à divindade a criação do mundo — e, ao mesmo tempo, a obstinada reafirmação do elemento aparentemente muito bizarro: o queijo, os vermes-anjos nascidos do queijo.

Talvez seja possível detectar aqui um eco da *Divina comédia* ("Purgatório", x, 124-25):

... vermes

nascidos para formar angélica borboleta,

sobretudo porque o comentário de Vellutello sobre esses versos ("*Angélica, isto é, divina, tendo sido criada por Deus para preencher os lugares que os anjos negros perderam, expulsos do céu*") está reproduzido literalmente numa outra passagem da cosmogonia de Menocchio: "E esse Deus fez depois Adão e Eva e o povo em multidão para *preencher os lugares dos anjos expulsos*". Seria muito estranho que a convergência de duas coincidências numa única página fosse obra do acaso. Mas, se Menocchio tivesse

lido Dante — talvez para conhecer um mestre em verdades religiosas e morais —, por que justamente aqueles versos (“[...] vermes/ nascidos para formar angélica borboleta”) ficaram gravados em sua mente?

Na verdade, Menocchio não havia retirado sua cosmogonia dos livros. “Foram produzidos pela natureza [os anjos], a partir da mais perfeita substância do mundo, assim como os vermes nascem do queijo, e quando apareceram receberam vontade, intelecto e memória de Deus, que os abençoou”: parece claro pela resposta de Menocchio que a insistente remissão ao queijo e aos vermes tinha uma função puramente analógico-explicativa. A experiência cotidiana do surgimento de vermes do queijo putrefato servia para Menocchio explicar o nascimento dos seres vivos — os primeiros, os mais perfeitos, foram os anjos — do caos, da matéria “grande e indigesta”, *sem recorrer à intervenção de Deus*. O caos precede a “santíssima majestade”, que não é melhor definida; do caos nasceram os primeiros seres vivos — os anjos e mesmo Deus, que era o maior de todos — por geração espontânea, “produzidos pela natureza”. A cosmogonia de Menocchio era substancialmente materialista e tendencialmente científica. A doutrina da geração espontânea da vida a partir do inanimado, compartilhada por todos os intelectuais do tempo (e continuaria sendo até os experimentos de Francesco Redi, mais de um século depois), era, de fato, mais científica que a doutrina da Igreja no que concerne à criação, baseada no Gênesis. Walter Raleigh, em nome de “experiências sem arte”, pôde relacionar a mulher que faz o queijo (queijo!) e o filósofo natural: ambos sabem que o coelho faz coagular o leite na batedeira, mesmo não sabendo explicar por quê.

Porém, não é através das experiências cotidianas de Menocchio que obteremos todas as explicações; talvez, melhor dizendo, elas não expliquem nada. A analogia entre a coagulação do queijo e a condensação da nebulosa destinada a formar o globo terrestre pode parecer óbvia para nós, mas com certeza não era para Menocchio. E não apenas isso. Sugerindo essa analogia, ele estava reproduzindo, sem saber, mitos antiqüíssimos, remotos. Num

mito indiano, mencionado já nos *Veda*, a origem do cosmo é explicada pela coagulação — semelhante à do leite — das águas do mar primordial, batidas pelos deuses criadores. Segundo os cal-mucos, no início dos tempos, as águas do mar se cobriram de uma camada sólida, como a que se forma sobre o leite, de onde saíram plantas, animais, homens e deuses. “No princípio este mundo era nada, e [...] a água do mar foi batida como a espuma e se coagulou como o queijo, do qual nasceu uma infinidade de vermes; esses vermes se tornaram homens, dos quais o mais potente e sábio foi Deus”: foram mais ou menos essas (salvo as simplificações já citadas) as palavras ditas por Menocchio.

É uma coincidência espantosa — digamos até mesmo inquietante — para quem não possui explicações prontas e inaceitáveis, como a existência de um inconsciente coletivo, ou simples demais, como o acaso. Decerto, Menocchio falava de um queijo bem real, nada mítico, o queijo que vira ser feito (ou que talvez ele próprio tivesse feito) inúmeras vezes. Os pastores do Altai, entretanto, haviam traduzido a mesma experiência num mito cosmogônico. Apesar da diversidade, que não deve ser subestimada, a coincidência permanece. Não se pode excluir o fato de que ela constitua uma das provas, fragmentária e em parte extinta, da existência de uma tradição cosmológica que, ultrapassando as diferenças de linguagem, combina mito e ciência. É curioso que a metáfora do queijo que gira reapareça um século depois do processo de Menocchio num livro (destinado a criar grandes polêmicas) em que o teólogo inglês Thomas Burnet procurava aproximar a Escritura da ciência do seu tempo. Pode ser que se tratasse de um reflexo, talvez inconsciente, da antiga cosmogonia indiana à qual Burnet dedicava algumas páginas de sua obra. Mas no caso de Menocchio é impossível não pensar em transmissão direta — transmissão oral, de geração para geração. Essa hipótese parece menos improvável se pensarmos na difusão — durante os mesmos anos e justamente no Friuli — de um culto de base xamanista como o dos *benandanti*. A cosmogonia de Menocchio se localiza nesse terreno, ainda quase inexplorado, de relações e migrações culturais.

Nos discursos de Menocchio, portanto, vemos emergir, como que por uma fenda no terreno, um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível. Esse caso, diferentemente dos outros examinados até aqui, envolve não só uma reação filtrada pela página escrita, mas também um resíduo irreduzível de cultura oral. Para que essa cultura *diversa* pudesse vir à luz, foram necessárias a Reforma e a difusão da imprensa. Graças à primeira, um simples moleiro pôde pensar em *tomar a palavra* e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e sobre o mundo. Graças à segunda, tivera *palavras* à sua disposição para exprimir a obscura, inarticulada visão de mundo que fervilhava dentro dele. Nas frases ou nos arremedos de frases arrancadas dos livros, encontrou os instrumentos para formular e defender suas próprias idéias durante anos, com seus conterrâneos num primeiro momento, e, depois, contra os juízes armados de doutrina e poder.

Desse modo, viveu pessoalmente o salto histórico de peso incalculável que separa a linguagem gesticulada, murmurada, gritada, da cultura oral, da linguagem da cultura escrita, desprovida de entonação e cristalizada nas páginas dos livros. Uma é como um prolongamento do corpo; a outra é “coisa da mente”. A vitória da cultura escrita sobre a oral foi, acima de tudo, a vitória da abstração sobre o empirismo. Na possibilidade de emancipar-se das situações particulares está a raiz do eixo que sempre ligou de modo inextricável escritura e poder. Casos como o Egito e a China, onde castas respectivamente sacerdotais e burocráticas monopolizaram durante milênios a escritura hieroglífica e ideográfica, deixam isso claro. A invenção do alfabeto — que cerca de quinze séculos antes de Cristo quebrou pela primeira vez esse monopólio — não foi suficiente, contudo, para pôr a palavra à disposição de todos. Somente a imprensa tornou mais concreta essa possibilidade.

Menocchio era conscientemente orgulhoso da originalidade de suas idéias e, por isso, desejava expô-las às mais altas autori-

dades civis e religiosas. Ao mesmo tempo, porém, sentia necessidade de dominar a cultura dos seus adversários. Compreendia que a escritura e a capacidade de dominar e transmitir a cultura escrita eram fontes de poder. Não se limitou, portanto, a denunciar a “traição dos pobres” pelo uso de uma língua burocrática (e sacerdotal) como o latim. O horizonte de sua polêmica era mais amplo. “O que é que você pensa, os inquisidores não querem que nós saibamos o que eles sabem” — exclamou muitos anos depois da ocorrência dos fatos que estamos contando, dirigindo-se a um conterrâneo, Daniel Jacomel. Entre “nós” e “eles” a contraposição era clara. “Eles” eram os “superiores”, os poderosos — não só os situados no vértice da hierarquia eclesiástica. “Nós”, os camponeses. É quase certo que Daniel era analfabeto (durante o segundo processo, citou algumas palavras de Menocchio, todavia não assinou o depoimento). Menocchio, ao contrário, sabia ler e escrever, mas nem por isso pensava que a longa luta que iniciara com as autoridades dissesse respeito só a ele. O desejo de “procurar coisas maiores”, que confessara de maneira vaga doze anos antes perante o inquisidor de Portogruaro, continuava a parecer-lhe não só legítimo, como potencialmente ao alcance de todos. Ilegítima, ou melhor, absurda devia lhe parecer, ao contrário, a pretensão dos clérigos em manter o monopólio de um conhecimento que podia ser comprado por “dois soldos” nas banquinhas de livreiros em Veneza. A idéia da cultura como privilégio fora gravemente ferida (com certeza não eliminada) pela invenção da imprensa.

29

Justamente nas páginas do tal *Fioretto della Bibbia* comprado em Veneza por “dois soldos” Menocchio encontrara os termos eruditos que desfilavam em suas confissões ao lado de palavras empregadas no dia-a-dia. Assim, no interrogatório de 12 de maio, encontramos “criança no ventre da mãe”, “rebanho”, “carpinteiro”, “banco”, “trabalhador”, “queijo”, “vermes”, mas

também “imperfeito”, “perfeito”, “substância”, “matéria”, “vontade, intelecto e memória”. A primeira parte do *Fioretto*, em especial, caracteriza-se, à primeira vista, por uma mistura análoga de léxico humilde e sofisticado. Tomemos o capítulo III, “Como Deus não pode querer o mal e muito menos recebê-lo”: “Deus não pode querer o mal nem recebê-lo, porque ordenou esses elementos de forma que um não interferisse no outro e assim estarão enquanto o mundo durar. Alguns dizem que o mundo durará eternamente, dando como razão que, quando um corpo morre, a carne e os ossos voltam àquela matéria da qual foram criados [...]. Podemos ver facilmente a função da natureza, como ela concilia as coisas discordantes de modo que todas as diversidades são reduzidas à unidade, e as combina em cada corpo, em cada substância: e combina também em plantas e sementes. Pela combinação do homem e da mulher, engendra as criaturas segundo o curso natural. Júpiter gera outras criaturas e, através de Júpiter, outras criaturas são geradas de acordo com a ordem da natureza. Entretanto, pode-se ver que a natureza está sujeita a Deus...”.

“Matéria”, “natureza”, “unidade”, “elementos”, “substância”; a origem do mal; a influência dos astros; a relação entre criador e criatura. Exemplos como esses poderiam ser facilmente encontrados. Alguns conceitos cruciais e alguns dos temas mais discutidos na tradição cultural da Antiguidade e da Idade Média chegaram até Menocchio através de um pobre e desordenado compêndio, o *Fioretto della Bibbia*. É difícil supervalorizar sua importância. Antes de mais nada, deu a Menocchio instrumentos lingüísticos e conceituais para que ele elaborasse e exprimisse sua visão de mundo. Além disso, com um método expositivo à maneira dos escolásticos — enunciação e subsequente refutação de opiniões errôneas —, contribuiu certamente para desencadear sua voraz curiosidade intelectual. O patrimônio doutrinal que o pároco de Montereale apresentava como um edifício compacto e inatacável revelava-se sujeito às interpretações mais contrastantes no *Fioretto*. No capítulo XXVI, por exemplo, “Como Deus inspira as almas nos corpos”, Menocchio teve a oportuni-

dade de ler: “Muitos filósofos foram enganados e incorreram em grandes erros sobre a criação das almas. Alguns disseram que as almas são feitas eternamente. Outros dizem que todas as almas são uma e que os elementos são cinco, os quatro citados acima e ainda um outro, chamado *orbis*, e dizem que desse *orbis* Deus fez a alma de Adão e todas as outras. E por isso dizem que o mundo não acabará jamais, porque, quando o homem morre, retorna aos seus elementos. Outros dizem que as almas são aqueles espíritos malignos que caem e entram então nos corpos humanos e, se um morre, entram em outro corpo, e tanto fazem até que eles se salvem: dizem que, no fim do mundo, todos esses se salvarão. Outros dizem que o mundo não vai acabar e no início do 34º milênio uma nova vida irá começar e cada alma retornará ao seu corpo. Tudo isso são erros e quem os disse são pagãos, heréticos, cismáticos, inimigos da verdade e da fé, desconhecedores das coisas divinas. Respondendo aos primeiros que dizem...”. Mas Menocchio não se deixava intimidar pelos ataques do *Fioretto*. E sobre essa questão não hesitou em se manifestar. O exemplo dos “muitos filósofos”, em vez de fazê-lo submeter-se à interpretação da autoridade, levava-o a “procurar coisas maiores”, a seguir a linha do seu próprio pensamento.

Assim, uma massa de elementos compostos — antigos e não tão antigos — convergiu para uma construção nova. Sobre um muro via-se um fragmento quase irreconhecível de um capitel ou o perfil semidestruído de um arco pontiagudo: mas o esboço do edifício era seu, de Menocchio. Com inconsciente desenvoltura servia-se de vestígios de pensamentos alheios como de pedras e tijolos. Porém, os instrumentos lingüísticos e conceituais com os quais tomou contato não eram neutros nem inocentes. Aqui está a origem da maior parte das contradições, incertezas e incongruências de seus discursos. Empregando uma terminologia embebida de cristianismo, neoplatonismo e filosofia escolástica, Menocchio procurava exprimir o materialismo elementar, instintivo, de gerações e gerações de camponeses.

Para fazer jorrar o sangue vivo dos pensamentos de Menocchio é preciso romper a crosta formada por essa terminologia. O que Menocchio queria realmente dizer quando falava de Deus, da santíssima majestade de Deus, do espírito de Deus, do Espírito Santo, da alma?

Vamos partir do elemento mais evidente na linguagem de Menocchio: sua densidade metafórica. As palavras da experiência cotidiana já citadas — “criança no ventre da mãe”, “rebanhos”, “queijo” e outras — são introduzidas por metáforas. Ora, as imagens que brilham no *Fioretto della Bibbia* têm um claro e exclusivo objetivo: ser didáticas — ilustram com exemplos de fácil compreensão os argumentos que se deseja transmitir ao leitor. A função das metáforas nos discursos de Menocchio é outra; em certo sentido, inversa. Num universo lingüístico e mental como o seu, fortemente marcado por uma fidelidade absoluta às palavras, mesmo as metáforas devem ser tomadas com rigor ao pé da letra. O conteúdo destas, jamais casual, faz transparecer a linha do verdadeiro e não explicitado discurso de Menocchio.

31

Começemos por Deus. Para Menocchio, ele é acima de tudo um pai. O jogo das metáforas restitui, assim, ao epíteto tradicional e tão desgastado um sentido novo. Deus é um pai para os homens: “Todos somos filhos de Deus, da mesma natureza que a do que foi crucificado”. Todos: cristãos, heréticos, turcos, judeus — “tem a mesma consideração por todos, e de algum modo todos se salvarão”. Queiram ou não queiram, continuam sempre filhos do pai: “Chama todos, turcos, judeus, cristãos, heréticos, assim como um pai que possui muitos filhos e chama todos da mesma maneira; embora alguns não queiram, pertencem ao pai”. No seu amor, o pai nem se importa que os filhos blasfemem contra ele: blasfemar “faz mal só a si próprio e não ao próximo, da mesma forma que, se eu tenho uma manta e deci-

do desmanchá-la, faço mal só a mim mesmo e não aos outros, e acredito que quem não faz mal ao próximo, não comete pecado. Somos todos filhos de Deus e, se não fizermos mal uns aos outros, como, por exemplo, se um pai tem muitos filhos e um deles diz ‘Maldito seja meu pai’, o pai o perdoa, mas, se quebra a cabeça de um outro, o pai não pode perdoar. Ele tem que pagar por isso. E assim eu disse que blasfemar não é pecado porque não faz mal a ninguém”.

Tudo isso está ligado, como vimos, à afirmação segundo a qual é menos importante amar a Deus do que amar ao próximo — próximo que deve ser também entendido da maneira mais literal possível. Deus é um pai amoroso mas distante da vida de seus filhos.

Todavia, além de pai, Deus parece ser para Menocchio a própria imagem da autoridade. Por mais de uma vez fala numa “santíssima majestade”, ora distinta de Deus, ora identificada com o “espírito de Deus” ou com o próprio Deus. Além disso, Deus é comparado a um “grande capitão”, que “enviou como embaixador junto aos homens seu filho”. Ou, então, a um homem de bem: no paraíso “quem irá sentar naqueles lugares, verá todas as coisas e é parecido com o homem de bem que põe todas as suas coisas para serem vistas”. O “Senhor Deus” é acima de tudo, e literalmente, um senhor: “Eu disse que, se Jesus Cristo era Deus eterno, não podia se deixar prender e ser crucificado; eu não estava certo sobre esse ponto, mas duvidava como disse, porque me parecia estranho que um senhor se deixasse prender assim. Eu suspeitava que, tendo sido crucificado, não tivesse sido Deus...”.

Um senhor. Porém, a principal característica dos senhores é não trabalhar, porque têm quem trabalhe por eles. É esse o caso de Deus: “Quanto às indulgências, acredito que sejam boas, porque, se Deus pôs um homem em seu lugar, que é o papa, e mandou perdoar, isto é bom, porque é como se recebêssemos de Deus, já que são dadas por seu representante”. Contudo, o papa não é o único agente de Deus: o Espírito Santo também “é como se fosse um feitor de Deus; esse Espírito Santo elegeu depois quatro capitães,

quer dizer, agentes entre os anjos criados...". Os homens foram feitos "pelo Espírito Santo segundo a vontade de Deus e de seus ministros; e, como um feitor que participa da obra dos ministros, o Espírito Santo também pôs sua mão".

Deus é, portanto, não só um pai, mas um patrão — um proprietário de terras que não suja suas mãos trabalhando e confia as incumbências cansativas aos seus feitores. Estes também só "põem a mão" excepcionalmente: o Espírito Santo, por exemplo, fez a terra, as árvores, os animais, os homens, os peixes e todas as outras criaturas "através dos anjos, que trabalhavam para ele". É verdade que Menocchio não exclui (respondendo a uma pergunta dos inquisidores nesse sentido) a possibilidade de que Deus tivesse feito o mundo sem a ajuda dos anjos: "Assim como alguém que constrói uma casa usa trabalhadores e ajudantes, mas se diz que fez tudo sozinho, Deus, na criação do mundo, usou os anjos, mas se diz que foi Deus quem o fez. E, da mesma forma que aquele construtor poderia ter feito sua casa sozinho, mas levaria mais tempo, Deus poderia ter construído o mundo sozinho, mas em muito mais tempo". Deus tem o "poder": "Quando existe o querer, é preciso que exista o poder para fazer alguma coisa. Por exemplo, o carpinteiro, se quiser fazer um banco, precisa de instrumentos para poder fazê-lo e, se não tiver a madeira, sua vontade é inútil. O mesmo dizemos sobre Deus; além do querer, é preciso o poder". Mas esse poder consistia no "operar através de trabalhadores".

Essas metáforas recorrentes são com certeza uma resposta à necessidade de tornar mais próximas e compreensíveis as figuras centrais da religião, traduzindo-as em termos da experiência cotidiana. Menocchio, que declarara aos inquisidores que suas profissões, além da de moleiro, eram as de "carpinteiro, marceneiro, pedreiro", comparou Deus a um carpinteiro, a um pedreiro. Mas, da efervescência das metáforas, emerge um conteúdo mais profundo. A "criação do mundo" é mais uma vez, literalmente, uma ação material — "Eu acredito que não se possa fazer nada sem matéria e Deus também não poderia ter feito coisa alguma sem matéria" —, um trabalho manual. Toda-

via, Deus é um senhor e os senhores não usam as mãos para trabalhar. "Esse Deus fez, criou, produziu alguma criatura?" — perguntaram os inquisidores. "Ele providenciou que fosse dada a vontade para que todas as coisas fossem feitas" — respondeu Menocchio. Mesmo quando comparado a um carpinteiro ou pedreiro, Deus possui sempre "feitores" ou "trabalhadores" a seu serviço. Uma única vez, arrebatado pelo seu discurso cheio de entusiasmo contra a adoração das imagens, Menocchio falou do "Deus único que fez o céu e a terra". Na verdade, para ele, Deus não fez nada, da mesma forma que seu capataz, o Espírito Santo, nada fez também. Quem pôs mãos à obra na "criação do mundo" foram os "feitores", os "trabalhadores" — os anjos. E os anjos, quem os tinha feito? A natureza: "Foram produzidos pela natureza, a partir da mais perfeita substância do mundo, assim como os vermes nascem do queijo...".

"As primeiras criaturas que foram criadas no mundo foram os anjos", Menocchio pudera ler no *Fioretto della Bibbia*, "e, porque foram criados da mais nobre matéria que existia, pecaram por soberba e foram privados dos seus lugares." Mas lera também: "Vejam, porém, que a natureza é submissa a Deus, assim como o martelo e a bigorna ao ferreiro que fabrica o que quer, uma espada, uma faca ou outras coisas, e, embora use martelo e bigorna, não é o martelo que faz, mas o ferreiro". Isso, todavia, não podia aceitar. Sua visão teimosamente materialista não admitia a presença de um Deus criador. De um Deus, sim — mas era um Deus distante, como um patrão que deixa suas terras nas mãos dos "feitores" e dos "trabalhadores".

Um Deus distante ou então (o que dá no mesmo) muito próximo, diluído nos elementos, idêntico ao mundo. "Eu acredito que o mundo todo, isto é, ar, terra e todas as belezas deste mundo são Deus [...]: porque se diz que o homem é formado à imagem e semelhança de Deus, e no homem existe ar, fogo, terra e água, e disso segue que ar, terra, fogo e água são Deus."

E disso segue: mais uma vez o imperturbável raciocínio de Menocchio se movia por entre os textos (a Escritura, o *Fioretto*) com a mais extraordinária liberdade.

Mas nas discussões com seus conterrâneos Menocchio fazia afirmações muito mais impetuosas: “Quem é esse tal de Deus? É uma traição da Escritura, que o inventou para nos enganar; se fosse Deus se mostraria”; “Quem é que vocês pensam que seja Deus? Deus não é nada além de um pequeno sopro e tudo o mais que o homem imagina”; “O que é o Espírito Santo? [...] Não se vê esse tal de Espírito Santo”. No entanto, quando lhe repetiram essas palavras durante o processo, Menocchio exclamou indignado: “Nunca se encontrará quem afirme que eu tenha dito que o Espírito Santo não existe; pelo contrário, minha maior fé neste mundo está justamente no Espírito Santo e na palavra do altíssimo Deus que ilumina o mundo todo”.

O contraste entre os testemunhos dos habitantes de Montecreale e os autos do processo é flagrante. Tentou-se resolvê-lo, atribuindo as confissões de Menocchio ao medo, ao desejo de se ver livre da condenação do Santo Ofício. O “verdadeiro” Menocchio seria aquele que rodava pelas ruas de Montecreale negando a existência de Deus — o outro, o Menocchio do processo, um disfarce. Porém, essa suposição se choca com uma dificuldade substancial. Se Menocchio quisesse realmente esconder dos juízes os aspectos mais radicais de seu pensamento, por que insistia tanto na afirmação da mortalidade da alma? Por que continuava irredutível, negando a divindade de Cristo? Na verdade, afora alguma reticência ocasional no primeiro interrogatório, o comportamento de Menocchio durante o processo parece guiado por qualquer coisa, exceto pela prudência ou simulação.

Tentemos agora formular uma hipótese diversa, seguindo as pistas oferecidas pelas próprias declarações de Menocchio. Ele apresentava aos concidadãos ignorantes uma versão simplificada, exotérica, de suas idéias: “Se pudesse falar, falaria, mas não quero falar”. A versão mais complexa, esotérica, era, entretanto, reservada para as autoridades religiosas e seculares, a elas desejava com ardor se dirigir: “Eu disse”, declarou aos juízes de Portogruaro, “que, se me fosse permitida a graça de falar diante do papa, de um rei ou

príncipe que me ouvisse, diria muitas coisas, e, se depois me matassem, não me incomodaria”. A exposição mais completa das idéias de Menocchio deve, portanto, ser buscada justamente em suas declarações durante o processo. Mas ao mesmo tempo é preciso saber explicar como Menocchio conseguia fazer aqueles discursos, aparentemente contraditórios, aos habitantes de Montecreale.

Infelizmente, a única solução que podemos propor é, desta vez, puramente conjectural, isto é, que Menocchio tivesse conhecido de forma indireta o *De Trinitatis erroribus*, de Servet, ou então que houvesse lido a desaparecida tradução italiana, introduzida na Itália por volta de 1550 por Giorgio Filaletto, conhecido como Turca, ou Turchetto. Com certeza trata-se de uma conjectura arriscada, já que o texto é muito complexo, repleto de termos filosóficos e teológicos, infinitamente mais difícil do que os livros lidos por Menocchio. Mas talvez não seja impossível encontrar algum eco dessa obra, mesmo débil e deformado, quase inaudível, nos discursos de Menocchio.

No centro da primeira obra de Servet está a reivindicação da plena humanidade de Cristo — humanidade deificada através do Espírito Santo. Ora, no primeiro interrogatório, Menocchio afirmou: “Minha dúvida é que [Cristo] [...] não tivesse sido Deus, mas um profeta qualquer, um homem de bem que Deus mandou pregar neste mundo...”. Em seguida, precisou: “Eu acredito que seja homem como nós, nascido de um homem e de uma mulher como nós, e que não tinha nada além do que recebera do homem e da mulher, mas é bem verdade que Deus mandara o Espírito Santo escolhê-lo como seu filho”.

Mas o que era para Servet o Espírito Santo? Ele começou enumerando os vários significados atribuídos a essa expressão pelas Escrituras: “Nam per Spiritum sanctum nunc ipsum Deum, nunc angelum, nunc spiritum hominis, instinctum quendam, seu divinum mentis statum, mentis impetum, sive halitum intelligit, licet aliquando differentia notetur inter flatum et spiritum. Et aliqui per Spiritum sanctum nihil aliud intelligi volunt, quam rectum hominis intellectum et rationem” (Pois por Espírito Santo entendia ora o próprio Deus, ora um anjo, ora o espírito do ho-

mem, concebido ou como um certo instinto, ou a natureza divina da alma, ou o impulso da mente ou o hálito, embora às vezes se note a diferença entre sopro e espírito. E alguns outros nada mais entendem como Espírito Santo que o uso correto da inteligência e razão humana): a mesma pluralidade de significados é encontrada, quase exatamente, nas confissões de Menocchio: "Acredito [...] seja Deus [...]. É aquele anjo ao qual Deus deu sua vontade [...]. Eu penso que o Senhor Deus nos tenha dado o livre-arbítrio e o Espírito Santo no corpo [...]. [Acredito que] o espírito venha de Deus e seja aquilo que, quando devemos fazer alguma coisa, nos inspira a fazê-la de tal ou tal maneira, ou então a não fazê-la".

Essa discussão terminológica de Servet destinava-se a demonstrar a inexistência do Espírito Santo como *pessoa* distinta da do Pai: "quasi Spiritus sanctus non rem aliquam separatam, sed Dei agitationem, energiam quandam seu inspirationem virtutis Dei designet" (como se o Espírito Santo designasse não algo separado, mas uma atividade de Deus, uma energia ou inspiração do poder de Deus). O pressuposto do seu panteísmo era a tese da presença operante do Espírito no homem e em toda a realidade. "Dum de spiritu Dei erat sermo", escreveu, lembrando-se da época na qual ainda ele estava ligado aos erros dos filósofos, "sufficiebat mihi si tertiam illam rem in quodam angulo esse intelligerem. Sed nunc scio quod ipse dixit: 'Deus de propinquo ego sum, et non Deus de longinquo'. Nunc scio quod amplissimus Dei spiritus replet orbem terrarum, continet omnia, et in singulis operatur virtutes; cum propheta exclamare libet 'Quo ibo Domine a spiritu tuo?' quia nec sursum nec deorsum est locus spiritui Dei vacuus" (Ao falar do Espírito de Deus era suficiente para eu compreender que a terceira pessoa era um tipo de ângulo. Mas agora sei que ele próprio disse: "Sou um Deus próximo, não um Deus distante"; agora sei que o espírito universal de Deus enche a terra, abarca todas as coisas e produz virtude em cada homem. Com o profeta proclamaria: "Ó senhor, onde encontro teu espírito?" não há lugar acima ou abaixo sem o espírito de Deus). "Quem é que vocês pensam que seja Deus? Tudo o que se vê é

Deus..." — ia Menocchio repetindo aos concidadãos. "O céu, a terra, o mar, o ar, o abismo e o inferno, tudo é Deus."

Para demolir um sistema filosófico e teológico que durava havia mais de um milênio, Servet usara todos os instrumentos disponíveis: o grego e o hebraico, a filologia de Valla e a cabala, o materialismo de Tertuliano e o nominalismo de Occam, a teologia e a medicina. Na ânsia de desfazer os acréscimos que se haviam acumulado em torno da palavra "Espírito", acabou por trazer à luz a etimologia original. A diferença entre "spiritus", "flatus", "ventus" pareceu-lhe naquele momento meramente convencional, ligada ao uso lingüístico. Entre o "espírito" e o sopro existia uma profunda analogia: "Omne quod in virtute a Deo fit, dicitur eius flatu et inspiratione fieri, non enim potest esse prolatio verbi sine flatu spiritus. Sicut nos non possumus proferre sermonem sine respiratione, et propeterea dicitur spiritus oris et spiritus labiorum [...]. Dico igitur quod ipsemet Deus est spiritus noster inhabitans in nobis, et hoc esse Spiritum sanctum in nobis [...]. Extra hominem nihil est Spiritus sanctus [...]" (Tudo o que é feito pelo poder de Deus dizemos que é feito por força de seu sopro e de sua inspiração, pois não se pode pronunciar uma palavra sem o sopro do espírito. Da mesma forma como não podemos pronunciar uma palavra sem a respiração e por isso se fala no espírito da boca e espírito dos lábios [...]. Afirmo, pois, que o próprio Deus é o nosso espírito que reside em nós e isso é o Espírito Santo em nós [...]. Fora do homem não existe nenhum Espírito Santo [...]). E Menocchio: "Quem é que vocês pensam que seja Deus? Deus não é nada além de um pequeno sopro [...]. O ar é Deus [...]. Nós somos Deus [...]. Acredito que [o Espírito Santo] esteja em todos os homens [...]. O que é o Espírito Santo? [...] Não se vê esse tal de Espírito Santo".

Evidentemente, a distância entre as palavras do médico espanhol e as do moleiro friulano é enorme. Por outro lado, sabe-se que, na Itália do século XVI, os escritos de Servet tinham ampla circulação, e não só entre pessoas cultas: talvez as confissões de Menocchio dêem alguma indicação sobre o modo como esses escritos puderam ser lidos, entendidos ou subentendidos. Essa

hipótese permitiria resolver o contraste entre os testemunhos dos habitantes de Montereale e os autos do processo. Entre eles existiria não uma contradição, mas uma deliberada diferença de níveis. Nas impetuosas definições que Menocchio lançava aos concidadãos, seria preciso ver a tentativa consciente de traduzir as abstrusas concepções de Servet, como ele as compreendera, numa forma acessível a interlocutores ignorantes. A exposição da doutrina em toda sua complexidade ele reservava para outros: ao papa, reis, príncipes — ou, na falta de alguém melhor, ao inquisidor de Aquiléia e ao magistrado de Portogruaro.

33

Por trás dos livros que Menocchio ruminava, identificamos um código de leitura e, por trás dele, um estrato sólido de cultura oral que, ao menos no caso da cosmogonia, vimos aflorar diretamente. Quando foi lançada a suposição de que uma parte dos discursos de Menocchio era um longínquo reflexo de um texto de nível elevadíssimo como o *De Trinitatis erroribus*, não se quis refazer, em sentido contrário, o caminho já percorrido. Os eventuais reflexos seriam de qualquer forma considerados como uma tradução, em termos de materialismo popular (posteriormente simplificado para os conterrâneos), de uma concepção culta cujo componente materialista era muito forte. Deus, o Espírito Santo, a alma não existem como substâncias separadas: existe somente a matéria impregnada de divindade, a mistura dos quatro elementos. Mais uma vez estamos diante da cultura oral de Menocchio.

O materialismo de Menocchio era religioso. Uma observação como a que fez sobre Deus — “é uma traição da Escritura que o inventou para nos enganar; se fosse Deus, se mostraria” — era simplesmente a negação do Deus do qual padres e livros lhe falavam. O Deus, ele o via em todas as partes: “O que é esse Deus Todo-Poderoso além de água, terra e ar?” — completava em seguida (sempre segundo o testemunho do padre Andrea Bionima).

Deus e o homem, o homem e o mundo pareciam-lhe ligados por uma rede de correspondências reveladoras: “Acredito que [os homens] sejam feitos de terra, porém do melhor metal que se possa encontrar, e isso porque se vê que o homem deseja os metais, sobretudo o ouro. São compostos pelos quatro elementos, participam dos sete planetas; entretanto, um participa mais de um planeta que o outro e um é mais mercurial e jovem, dependendo de ter nascido nesse ou naquele planeta”. Nessa imagem perpassada pelo divino justificam-se até mesmo as bênçãos dos sacerdotes, porque “o demônio costuma entrar nas coisas e ali deixar o veneno” e “a água benta pelo sacerdote põe o diabo para fora” — embora acrescentasse: “Acredito que todas as águas sejam abençoadas por Deus”, e, “se um leigo soubesse as palavras, valeriam tanto quanto as do sacerdote, porque Deus distribuiu a virtude igualmente para todos e não mais a um que a outro”. Tratava-se, resumindo, de uma religião camponesa que tinha muito pouco em comum com a que o pároco pregava do púlpito. É verdade que Menocchio se confessava (fora da sua aldeia, contudo), comungava, e sem dúvida batizara seus filhos. E, apesar disso, negava a criação divina, a encarnação, a redenção; negava a eficiência dos sacramentos no que se refere à salvação; afirmava que amar ao próximo era mais importante do que amar a Deus; acreditava que o mundo inteiro fosse Deus.

Mas, nesse conjunto de idéias da mais completa coerência, havia uma falha: a alma.

34

Voltemos à identificação de Deus com o mundo. “Diz-se”, exclamara Menocchio, “que o homem é formado à imagem e semelhança de Deus, e no homem existe ar, terra, fogo e água, e disso segue que ar, terra, fogo e água são Deus.” A fonte dessa afirmação era o *Fioretto della Bibbia*. Dali extraíra — mas numa variante decisiva — o antiquíssimo conceito da correspondência entre o homem e o mundo, microcosmo e macrocosmo: “[...] E

então o homem e a mulher, que foram os últimos a serem feitos de terra e de matéria básica, subiram aos céus, não com soberba, mas com humildade. A terra é feita de elementos comuns, pisados todos os dias em meio a outros elementos que estão ligados, unidos e cercados como no ovo, onde se vê a gema e ao redor dela a clara e por fora a casca; assim estão os elementos juntos no mundo. A gema seria a terra, a clara o ar, a pele fina entre a clara e a casca seria a água, e a casca o fogo. Dessa mesma forma estão juntos o frio e o calor, e o seco com o úmido se temperam. Nossos corpos são feitos e compostos por esses quatro elementos: a carne e os ossos seriam a terra, o sangue a água, a respiração o ar, e o calor o fogo. E por esses quatro elementos nossos corpos são compostos. E o nosso corpo está sujeito às coisas do mundo, mas a alma está sujeita só a Deus, porque *ela é feita à imagem dele* e composta de matéria mais nobre que a do corpo...". Foi, portanto, a recusa em admitir um princípio imaterial no homem — a alma —, distinto do corpo e de suas operações, que levava Menocchio a identificar não só o homem com o mundo, mas o mundo com Deus. "Quando o homem morre é como um animal, como uma mosca", repetia aos conterrâneos, talvez reproduzindo, mais ou menos conscientemente, os versos do Eclesiastes, "e [...] morto o homem, morrem a alma e todas as coisas".

No início do processo, porém, Menocchio negou que tivesse dito qualquer coisa do gênero. Procurava, sem muito sucesso, ser prudente, como seu velho amigo, o vigário de Polcenigo, lhe recomendara. E, respondendo à pergunta: "O que você pensa sobre as almas dos fiéis cristãos?", afirmou: "Eu disse que nossas almas retornam à majestade de Deus, o qual, dependendo do que elas tenham feito, faz o que quiser com elas: às boas indica o paraíso e às más o inferno, e a algumas o purgatório". Pensou ter encontrado cobertura na doutrina ortodoxa da Igreja (uma doutrina que absolutamente não compartilhava). Na realidade tinha se metido num tremendo vespeiro.

No interrogatório seguinte (16 de fevereiro) o vigário-geral começou lhe pedindo esclarecimentos sobre a "majestade de Deus" para depois desfechar o golpe final: "O senhor disse que nossas almas retornam à majestade de Deus e já afirmou antes que Deus não é nada além de ar, terra, fogo e água: como então as almas retornam à majestade de Deus?". A contradição era deveras real; Menocchio não soube o que responder: "É verdade que eu disse que ar, terra, fogo e água são Deus, e o que eu disse não posso negar; quanto às almas, elas vieram do espírito de Deus e, portanto, é preciso que retornem ao espírito de Deus". O vigário, insistindo: "O espírito de Deus e Deus são a mesma coisa? E o espírito de Deus está incorporado nos quatro elementos?".

"Eu não sei" — respondeu Menocchio. Permaneceu calado por algum tempo. Talvez estivesse cansado. Ou talvez não entendesse o que queria dizer "incorporado". Finalmente respondeu: "Eu acredito que todos nós, homens, temos um espírito de Deus, que, se fizermos o bem, fica alegre, e, se fizermos o mal, o espírito não gosta".

"O senhor acha que esse espírito de Deus é o mesmo que nasceu daquele caos?"

"Eu não sei."

"Confesse a verdade" — recomeçou, implacável, o vigário — "e vamos acabar com o interrogatório; disse que acredita que as almas retornam à majestade de Deus e que Deus é ar, água, terra e fogo; como então as almas retornam à majestade de Deus?"

"Eu acredito que nosso espírito, que é a alma, retorna a Deus, que foi de onde ele veio."

Como era teimoso esse camponês! Munido de toda sua paciência, de toda sua dialética, o vigário-geral Giambattista Maro, doutor *in utroque iure*, conclamou-o novamente a refletir e a dizer a verdade.

"Eu disse" — respondeu então Menocchio — "que todas as

coisas do mundo são Deus e acredito que as nossas almas retornem às coisas do mundo, como bem agradar a Deus.” Calou-se por alguns momentos. “São, as tais almas, como os anjinhos que estão dependurados ao redor de Deus, o qual mantém perto de si os de maior mérito, e os que fizeram o mal manda-os dispersos pelo mundo.”

36

E assim o interrogatório concluía com mais uma das contradições de Menocchio. Depois de ter repetido uma afirmação que, na falta de um termo melhor, poderíamos definir como panteísta (“todas as coisas do mundo são Deus”) — afirmação que obviamente negava a possibilidade de qualquer sobrevivência individual (“acredito [...] que as nossas almas retornem às coisas do mundo...”) —, Menocchio decerto fora tomado por uma dúvida. O medo ou a incerteza o deixara mudo por um momento. Em seguida, do fundo da sua memória, projetara-se uma representação vista em alguma igreja, talvez numa capela no campo: Deus circundado por um coro de anjos. Era isso que o vigário-geral queria?

Mas o vigário-geral estava pedindo algo bem diferente de uma fugaz alusão a uma imagem tradicional do paraíso — ainda mais acompanhada de um resto de crença popular de origem pré-cristã nas almas dos mortos que vão “dispersas pelo mundo”. No interrogatório seguinte, pôs Menocchio na parede, enumerando suas negações anteriores da imortalidade da alma: “Mas fale a verdade e com mais clareza do que no interrogatório precedente”. A essa altura, Menocchio se saiu com uma afirmação inesperada, que contradizia as que fizera nos dois primeiros interrogatórios. Admitiu ter falado sobre a imortalidade das almas com alguns amigos (Giuliano Stefanut, Melchiorre Gerbas, Francesco Fassetta), mas esclareceu: “Foram estas as palavras que eu disse: morto o corpo, morre a alma, mas o espírito continua”.

Até esse momento, Menocchio havia ignorado essa distinção,

ou melhor, falara explicitamente “do nosso espírito, que é a alma”. Agora, diante da pergunta admirada do vigário “se acreditava que no homem estejam corpo, alma e espírito e que essas três coisas são distintas uma da outra, que espírito seja uma coisa e alma uma outra”, respondeu: “Sim, senhor, acredito que a alma seja uma coisa e o espírito outra. O espírito vem de Deus e, quando devemos fazer alguma coisa, nos inspira a fazê-la de tal ou tal maneira, ou então a não fazê-la”. A alma, ou melhor (como explicou no decorrer do processo), as almas não são nada mais do que as operações da mente e acabam com o corpo: “Eu vos digo, no homem existe intelecto, memória, vontade, pensamento, crença, fé e esperança: Deus deu ao homem essas sete coisas e são como almas pelas quais fazemos as obras e a isso eu me referia quando dizia, morto o corpo, morre a alma”. O espírito, ao contrário, “é separado do homem, tem a mesma vontade do homem, rege e governa o homem”: depois da morte, retorna a Deus. Este é o espírito bom: “Acredito”, explicou Menocchio, “que todos os homens do mundo sejam tentados, porque o nosso coração tem duas partes, uma iluminada e outra escura; na escura está o espírito ruim e na iluminada o espírito bom”.

Dois espíritos, sete almas e um corpo composto pelos quatro elementos: como pudera sair da cabeça de Menocchio uma antropologia tão abstrusa e complicada?

37

Assim como a relação entre o corpo e os quatro elementos, também a enumeração das várias “almas” já se encontrava nas páginas do *Fioretto della Bibbia*: “E é verdade que a alma tem vários nomes no corpo, de acordo com as diversas funções que nele desempenha: se a alma dá vida ao corpo, é chamada de substância; se é a vontade, é chamada de coração; quando o corpo expira, é o espírito; enquanto ela entende e sente, pode-se dizer que é o juízo; enquanto ela imagina e pensa, é a imaginação ou memória; mas a inteligência está colocada na parte mais alta

da alma, onde recebemos razão e conhecimento, já que nos assemelhamos a Deus...". Essa enumeração corresponde só em parte à de Menocchio, porém as analogias não deixam dúvidas. O ponto de divergência mais grave é dado pela presença, entre os nomes da alma, do espírito — além do mais com referência etimológica ao ato corpóreo de respirar. De onde vinha então a distinção feita por Menocchio entre uma alma mortal e um espírito imortal?

Essa distinção chegara até ele depois de uma longa e confusa viagem. É preciso voltar às discussões sobre o problema da imortalidade da alma surgidas durante as primeiras décadas do século XVI nos ambientes averroístas, sobretudo entre os professores de Pádua, influenciados pelo pensamento de Pomponazzi. Filósofos e médicos concordavam abertamente que, com a morte do corpo, a alma individual — distinta do intelecto ativo postulado por Averróis — perece. Reelaborando esses temas num contexto religioso, o franciscano Girolamo Galateo (que estudara em Pádua e que fora condenado à prisão perpétua por heresia) sustentava que as almas dos beatos, depois da morte, dormem até o dia do Juízo. Provavelmente seguindo as pegadas do ex-franciscano, Paolo Ricci, conhecido mais tarde como Camillo Renato, reformulou a doutrina do sono das almas, distinguindo entre a *anima*, condenada a perecer junto com o corpo, e o *animus*, destinado a ressurgir no final dos tempos. Através da influência direta de Renato, exilado em Valtellina, essa doutrina foi assimilada, não sem resistência, pelos anabatistas vênets: "Sustentavam que a *anima* fosse a vida e, quando o homem morria, o espírito, que mantinha o homem vivo, ia até Deus e a vida ia para a terra e não sabia mais o que era bem ou mal e dormia até o dia do Juízo, quando Nosso Senhor ressuscitaria todos" — exceto os malvados, para os quais não existe vida futura de espécie alguma, já que não existe "outro inferno além do sepulcro".

Dos professores da Universidade de Pádua a um moleiro friulano, a cadeia de influências e contatos é decerto singular, mas historicamente plausível, mesmo porque conhecemos o provável último elo — o pároco de Polcenigo, Giovan Daniele Mel-

chiori, amigo de infância de Menocchio. Em 1579-1580, ou seja, poucos anos antes do processo contra Menocchio, ele havia sido submetido a julgamento pelo tribunal da Inquisição de Concórdia e reconhecido como ligeiramente suspeito de heresia. As acusações dos paroquianos contra ele eram muitas e variadas: desde "ser de putaria e rufião" até tratar sem respeito as coisas sacras (por exemplo, as hóstias consagradas). Contudo, o ponto que nos interessa é outro: a afirmação feita por Menocchio, quando falava com os concidadãos na praça da aldeia, que "vaise para o paraíso só no dia do Juízo". Durante o processo, Menocchio negou que tivesse pronunciado essas palavras, mas admitiu ter falado da diferença entre morte corporal e morte espiritual, baseando-se num livro de um "padre de Fano", do qual não se lembrava o nome, intitulado *Dircorsi predicabili*. E ministrou aos inquisidores, com grande segurança, um verdadeiro sermão: "Eu me lembro de ter dito, falando de morte corporal e espiritual, que existem dois tipos de morte, uma muito diferente da outra. A morte corporal é comum a todos; a morte espiritual nos priva da vida e da graça; a morte corporal nos priva dos amigos, a morte espiritual dos santos e dos anjos; a morte corporal nos priva dos bens terrenos, a morte espiritual dos bens celestes; a morte corporal nos priva dos lucros do mundo, a morte espiritual nos priva de qualquer mérito de Jesus Cristo, nosso salvador; a morte corporal nos priva do reino terrestre, a morte espiritual do reino celeste; a morte corporal nos priva da razão, a morte espiritual da razão e do intelecto; a morte corporal nos priva do movimento corpóreo e a morte espiritual faz com que nos tornemos imóveis como uma pedra; a morte corporal faz o corpo cheirar mal, a morte espiritual faz a alma cheirar mal; a morte corporal dá o corpo à terra, a morte espiritual a alma ao inferno; a morte dos ruins se chama péssima, como se lê no salmo de Davi *mors peccatorum pessima*, a morte dos bons é chamada preciosa, como se lê no mesmo, *pretiosa in conspectu Domini mors sanctorum eius*; a morte dos ruins se chama morte, a morte dos bons se chama sono, como se lê em são João Evangelista, *Lazzarus amicus noster dormit*, e em outro local *non est mor-*

tua puella sed dormit; os ruins temem a morte e não querem morrer, os bons não temem a morte, mas dizem com são Paulo *cupio dissolvi et esse cum Christo*. E essa é a diferença entre a morte corporal por mim entendida e pregada, e, se eu tiver caído em erro, estou pronto a me redimir e me modificar”.

Mesmo não tendo o volume à mão, Menocchio se lembrava muito bem — até mesmo literalmente — do seu conteúdo. De fato, era assim que aparecia no capítulo xxxiv, “Prédicas para uma vida cristã”, manual muito difundido entre pregadores, redigido pelo frade (não padre) ermitão Sebastião Ammiani da Fano. Mas naquele jogo calculado de inocentes contraposições retóricas, Menocchio havia isolado justamente a frase que permitia uma interpretação herética: “A morte dos ruins se chama morte, a morte dos bons se chama sono”. Sem dúvida, tinha consciência das implicações dessas palavras, já que chegara a afirmar que “vai-se para o paraíso só no dia do Juízo”. Bem menos conscientes e informados pareciam, ao contrário, os inquisidores. A qual heresia relacionar as idéias de Menocchio? A acusação que lhe foi imputada de ter aderido “ad perfidiam, impiam eroneam, falsam et pravam hereticorum sectam [...] nempe Armenorum, nec non Valensium et Ioannis Vicleff” (à pérfida, ímpia, errônea, falsa e depravada seita dos heréticos [...] armenos e não à dos valdenses e de John Wyclif) refletia essa perplexidade. Aparentemente, os inquisidores de Concórdia desconheciam as implicações anabatistas da doutrina do sono das almas. Diante de teses suspeitas mas de origem obscura, iam buscar nos manuais de controvérsia definições antigas de muitos séculos. O mesmo se deu, como veremos, no caso de Menocchio.

No processo contra Menocchio, não se menciona uma palavra sobre a distinção entre “alma” mortal e “espírito” imortal, apesar de ser esse o pressuposto da tese do sono das almas até o dia do Juízo por ele defendida. Essa distinção deve ter chegado a Menocchio através dos discursos do vigário de Polcenigo.

“Eu acredito que o nosso espírito, que é a alma, retorna a Deus, de onde ele veio” — dissera Menocchio em 16 de fevereiro (segundo interrogatório). “Morto o corpo, morre a alma, mas o espírito continua” — tinha se corrigido em 22 de fevereiro (terceiro interrogatório). Na manhã de 1º de maio (sexto interrogatório), parecia retornar à tese original: “Alma e espírito são a mesma coisa”.

Fora interrogado sobre Cristo: “O filho, o que ele era: homem, anjo ou o Deus verdadeiro?”. “Um homem”, respondera Menocchio, “mas nele estava o espírito.” E em seguida: “A alma de Cristo ou era um daqueles anjos antigos ou então foi feita de novo pelo Espírito Santo com os quatro elementos, ou da natureza mesmo. Não se podem fazer bem as coisas se não são em três, e assim como Deus havia dado o saber, o querer e o poder ao Espírito Santo, deu também a Cristo, para que pudessem se consolar juntos [...]. Quando dois não concordam numa opinião, existe um terceiro; quando dois dos três concordam, o terceiro os segue: e então o Pai deu querer, saber e poder a Cristo para que ele também julgasse...”.

A manhã estava acabando; dentro de pouco tempo o interrogatório seria interrompido para o almoço e transferido para a tarde do mesmo dia. Menocchio falava, falava, misturava provérbios com referências do *Fioretto della Bibbia*, embebedava-se com as palavras. Passara parte do inverno e da primavera na prisão. Era de esperar que aguardasse com impaciência a aproximação do fim do processo, que já durava quase três meses. Mas ser interrogado e ouvido com tanta atenção por frades tão cultos (havia até um escrivão que transcrevia suas respostas) devia ser quase inebriante para quem até aquele momento tivera um público composto quase exclusivamente de camponeses e artesãos semi-analfabetos. Não eram papas, reis, príncipes, diante dos quais sonhara falar, mas já era alguma coisa. Menocchio repetia o que já havia dito, acrescentava, omitia, contradizia-se. Cristo era “homem como nós, nascido de um homem e de uma

mulher como nós [...], mas é bem verdade que Deus mandara o Espírito Santo escolhê-lo como seu filho [...]. Como Deus o elegeu profeta e lhe deu a grande sabedoria e a inspiração do Espírito Santo, acredito que tenha feito milagres [...]. Acredito que tenha o espírito como o nosso, porque alma e espírito são a mesma coisa”. Mas o que significava dizer que alma e espírito são a mesma coisa? “O senhor disse anteriormente”, o inquisidor interrompeu, “que, morto o corpo, morre a alma: mas eu pergunto se a alma de Cristo morreria se ele morresse.” Menocchio tergiversou, enumerou as sete almas dadas por Deus ao homem: intelecto, memória... Durante o interrogatório da tarde os inquisidores insistiram: o intelecto, a memória, a vontade de Cristo perecem com a morte do corpo dele? “Sim, senhores, porque lá em cima sua utilização não é necessária.” Portanto, Menocchio abandonara a tese da sobrevivência do espírito, identificando-o com a alma destinada a perecer com o corpo? Não, porque pouco depois, falando sobre o dia do Juízo, afirmou que “os lugares estavam repletos de espíritos celestes, mas serão preenchidos por espíritos terrenos selecionados entre os melhores e mais inteligentes”, e entre eles o de Cristo, “porque o espírito do seu filho é terreno”. E agora?

Parece impossível — talvez até mesmo inútil — tentar se orientar nesse emaranhado de palavras. Contudo, por trás das contradições verbais que cercavam Menocchio, havia uma contradição efetiva.

39

Ele não conseguia deixar de pensar numa vida pós-morte. É verdade que o homem, morrendo, retorna aos elementos dos quais é composto, mas uma aspiração irreprimível levava-o a imaginar alguma forma de sobrevivência depois da morte. Por isso, fixara-se na complicada contraposição entre a “alma” mortal e o “espírito” imortal. Pela mesma razão a hábil pergunta do vigário-geral — “disse [...] que Deus é ar, água, terra e fogo;

como então as almas retornam à majestade de Deus?” — deixara-o mudo, justamente ele, sempre tão pronto a replicar, discutir, divagar. É evidente que a ressurreição da carne lhe parecia absurda, insustentável: “Senhor, eu não acredito que possamos ressuscitar com o corpo no dia do Juízo, o que me parece impossível, porque, se ressuscitássemos, céu e terra ficariam cobertos pelos corpos. A majestade de Deus verá nossos corpos com o intelecto, da mesma forma que nós, fechando os olhos e querendo criar uma coisa, usamos a mente e o intelecto”. O inferno lhe parecia uma invenção de padres: “Eu gosto que se pregue para os homens viverem em paz, mas pregar o inferno, Paulo disse isso, Pedro disse aquilo, acho que é mercadoria, invenção de homens que sabem mais do que os outros. Li na Bíblia que Davi escreveu os salmos enquanto estava sendo perseguido por Saul” — acrescentou, tentando dar a entender que o verdadeiro inferno é aqui, nesta terra. Mas, em seguida, contraditoriamente, admitia a validade das indulgências (“acredito que sejam boas”) e das orações pelos mortos (“porque Deus lhe[s] dá uma pequena vantagem e o[s] ilumina um pouco mais”). Fantasiava em especial sobre o paraíso: “Eu acredito que seja um lugar que circunde o mundo inteiro e que dali se vejam todas as coisas do mundo, até mesmo os peixes do mar: e quem está ali é como se estivesse numa festa...”. O paraíso é uma festa — o fim do trabalho, a negação do cansaço diário. No paraíso, “intelecto, memória, vontade, pensamento, crença, fé e esperança”, isto é, “as sete coisas [...] dadas ao homem por Deus, como um carpinteiro que, querendo fazer suas obras, usa o machado e a serra, a lenha e outros instrumentos, assim Deus deu algumas coisas ao homem, para este fazer sua tarefa”, são inúteis: “Lá em cima não são necessárias”. No paraíso a matéria se torna dócil, transparente: “Os olhos corporais não podem ver todas as coisas, mas com os olhos da mente todas as coisas serão transpassadas, montes, muralhas, todas as coisas...”.

“É como estar numa festa.” O paraíso camponês de Menocchio, mais do que o além cristão, lembrava o paraíso maometano sobre o qual lera descrições brilhantes nas páginas de Mandeville:

“[...] paraíso é um lugar delicado, onde se encontram todas as frutas de todas as estações, rios sempre cheios de leite, mel, vinho e água doce. E [...] lá existem casas belas e nobres segundo o mérito de cada um, adornadas por pedras preciosas, ouro e prata. Todos terão suas donzelas, usufruirão delas e cada vez serão mais bonitas...”. Mas, aos inquisidores que lhe perguntaram: “Acredita que exista o paraíso terrestre?”, respondeu com amargo sarcasmo: “Eu acredito que o paraíso terrestre esteja onde existam gentis-homens que possuem muitos bens e vivem sem se cansar”.

40

Além de fantasiar sobre o paraíso, Menocchio desejava um “mundo novo”: “Meu espírito era elevado”, dissera ao inquisidor, “e desejava que existisse um mundo novo e um novo modo de viver, pois a Igreja não vai bem e não deveria ter tanta pompa”. O que Menocchio queria dizer com essas palavras?

Nas sociedades baseadas na tradição oral, a memória da comunidade tende involuntariamente a mascarar e a reabsorver as mudanças. À relativa plasticidade da vida material corresponde uma acentuada imobilidade da imagem do passado. As coisas sempre foram assim; o mundo é o que é. Apenas nos períodos de aguda transformação social emerge a imagem, em geral mítica, de um passado diverso e melhor — um modelo de perfeição, diante do qual o presente aparece como declínio, degeneração. “Quando Adão cavava e Eva tecia, quem era nobre?” A luta para transformar a ordem social torna-se então uma tentativa consciente de retorno àquele mítico passado.

Menocchio também contrapunha a Igreja rica e corrupta que conhecia à Igreja primitiva, pobre e pura: “Gostaria que [a Igreja] fosse governada com amor como quando foi instituída por Nosso Senhor Jesus Cristo [...] há as missas pomposas, [mas] o Senhor Jesus Cristo não quer pompas”. Todavia, diferentemente da maior parte dos seus companheiros, a capacidade de ler lhe possibilitara apropriar-se de uma imagem de passado que ul-

trapassava essa sumária contraposição. O *Fioretto della Bibbia*, em parte, mas sobretudo o *Supplementum supplementi delle croniche*, de Foresti, traziam uma narração analítica das vicissitudes humanas desde a criação do mundo até o presente, misturando história sacra e história profana, mitologia e teologia, descrições de batalhas e de países, listas de príncipes e filósofos, hereges e artistas. Não temos testemunhos explícitos das reações de Menocchio a essas leituras. Com certeza não o deixaram “confuso” como as viagens de Mandeville. A crise do etnocentrismo passava, no século XVI (e assim seria por muito tempo ainda), pela geografia, mesmo sendo fantástica, e não pela história. Apesar disso, uma pista quase imperceptível talvez nos permita detectar o ânimo com o qual Menocchio lia a crônica de Foresti.

O *Supplementum* foi diversas vezes reimpresso e traduzido em idioma vulgar, tanto antes como depois da morte do seu autor (1520). O exemplar que passou pelas mãos de Menocchio deve ter sido uma tradução posterior, atualizada por algum desconhecido, que nela incluiu fatos ocorridos até o seu próprio tempo. Leu as páginas dedicadas ao cisma de “Martinho, conhecido como Lutero, frade da ordem dos eremitãos de santo Agostinho”, organizadas por um editor anônimo — decerto um confrade de Foresti e como ele ermitão. O tom daquelas páginas era particularmente benévolo, embora no final se transformasse numa clara condenação. “[...] O motivo pelo qual [Lutero] caiu em tal iniquidade”, escreveu o anônimo, “parece ser o sumo pontífice (embora *in rei veritate* não seja verdade), mas na verdade foram alguns homens malignos que, debaixo de pretensa santidade, fizeram coisas novas e excessivas.” Esses homens eram os franciscanos aos quais primeiro Júlio II e depois Leão X confiaram a pregação das indulgências. “E como a ignorância é a mãe de todos os erros, e o hábito da riqueza inflamara os ânimos de tais frades pela posse de dinheiro, estes caíram em insânia e se tornaram causa de grande escândalo devido às loucuras que pronunciavam pregando as indulgências. Em outra parte da Cristandade, na Alemanha, eles se expandiram muito e, quando diziam alguma loucura e alguns homens queriam repreendê-los

(homens de consciência e doutrina justas), imediatamente os declaravam excomungados. Entre eles estava Martinho Lutero, o qual era de fato um homem culto e instruído...". A origem do cisma para o tal anônimo estava nas "loucuras" da ordem rival que, diante da justa reação de Lutero, o excomungou. "Depois disso, o tal Martinho Lutero, que era de sangue muito nobre e tinha grande reputação com todos, começou a pregar publicamente contra as indulgências, dizendo que eram falsas e injustas. Em pouco tempo tinha revirado tudo pelo avesso. E, como a maior parte das riquezas estava nas mãos dos clérigos e havendo muito rancor entre os estados espiritual e temporal, ele facilmente encontrou seguidores e começou o cisma na Igreja Católica. Vendo que havia obtido amplo apoio, separou-se por completo da Igreja romana e criou uma nova seita e um novo modo de viver com suas muitas e diversas opiniões e fantasias. E isso foi o que aconteceu a um grande número de países que se rebelaram contra a Igreja Católica e não lhe devem mais obediência em coisa alguma..."

"Criou uma nova seita e um novo modo de viver"; "Desejava que existisse um mundo novo e um novo modo de viver, pois a Igreja não vai bem e não deveria ter tanta pompa". No momento em que a aspiração a uma reforma religiosa (sobre a alusão ao "mundo novo" falaremos adiante) se revelava, ditada por seu "espírito elevado", Menocchio talvez estivesse, conscientemente ou não, reproduzindo a representação de Lutero dada pela crônica de Foresti. Não repetia, é evidente, as idéias religiosas — nas quais, aliás, a crônica não se detinha, limitando-se a condenar o "novo tipo de doutrina" proposto por Lutero. Mas acima de tudo não podia contentar-se com a conclusão reticente e, poder-se-ia dizer, ambígua do anônimo: "E desse modo cegara a plebe ignorante; e os que tinham conhecimento e doutrina, ouvindo falar das más ações do estado eclesiástico, aderiram, sem considerar que esta conclusão não é verdadeira: se os clérigos e eclesiásticos levam uma vida degradada, a Igreja romana não é boa; porque, apesar de eles levarem uma vida degradada, a Igreja romana é boa e perfeita; e, ainda que os cristãos levem uma vida

degradada, a fé cristã é boa e perfeita". As "leis e os mandamentos da Igreja" pareciam a Menocchio, assim como para Caravia, "mercadorias" para engordar os padres: para ele, renovação moral do clero e modificação profunda da doutrina andavam juntas. Através de um veículo imprevisto, as crônicas de Foresti, Lutero lhe fora apresentado como o protótipo do rebelde religioso — aquele que soubera unir "o povo ignorante e os que têm conhecimento e doutrina" contra a hierarquia eclesiástica, explorando o "rancor" do "estado temporal" contra esta última "por estar a maior parte das riquezas nas mãos dos clérigos". "Tudo pertence à Igreja e aos padres" — Menocchio exclamara, dirigindo-se aos inquisidores. Quem sabe havia refletido também nas semelhanças entre a situação friulana e a dos territórios localizados além dos Alpes, onde a Reforma fora vitoriosa.

41

Os contatos que porventura Menocchio tenha mantido com "os que têm conhecimento e doutrina" não são conhecidos — com exceção de um caso que examinaremos mais adiante. Sabemos, porém, de suas obstinadas tentativas de difundir as próprias idéias entre o "povo ignorante". Mas aparentemente ninguém lhe dera atenção. Esse fracasso, na sentença que fechou o primeiro processo, foi considerado um sinal da intervenção divina, que impedira a corrupção das almas simples dos habitantes de Montereale.

Somente um, um marceneiro analfabeto, Melchiorre Gerbas, "tido por pessoa de pouco juízo", ouvira atentamente os discursos de Menocchio. Contava-se dele, "nas tavernas, que não acreditava em Deus e blasfemava muito", e mais de uma testemunha associara seu nome ao de Menocchio por ter "criticado e falado mal das coisas da Igreja". Então, o vigário-geral quis saber quais eram suas relações com Menocchio, que acabara de ser encarcerado. No início, Melchiorre afirmara que se tratava de simples relações de trabalho ("ele me dá madeira para eu trabalhar e

eu lhe pago”), mas em seguida admitira ter blasfemado pelas tavernas de Montereale, repetindo uma frase ouvida por Menocchio: “[...] tendo me dito Menocchio que Deus não é nada mais que ar, e eu também acreditando nisso...”.

Essa atitude de cega subordinação não é difícil de ser entendida. Pela sua capacidade de ler, escrever, discutir, Menocchio parecia a Melchiorre ter à sua volta um halo quase mágico. Com uma Bíblia que lhe havia sido emprestada, Melchiorre andara pela cidade dizendo com ar de mistério que Menocchio tinha um livro com o qual podia “fazer coisas maravilhosas”. Porém, as pessoas sabiam muito bem que existiam diferenças entre eles. “Este aqui [...] é suspeito de heresia, mas não igual ao tal de Menocchio” — alguém comentara, falando de Melchiorre. Um outro observara: “Disse tais coisas mais por ser louco e porque bebe”. Mesmo o vigário-geral entendera que estava diante de um homem de índole muito diversa da do moleiro. “Quando disse que Deus não existia, realmente acreditava que não existisse Deus?” — perguntou docemente. E Melchiorre respondeu em seguida: “Não, padre, porque eu acredito que Deus esteja no céu e na terra e pode me fazer morrer quando quiser; eu disse aquelas palavras porque me foram ensinadas por Menocchio”. Administraram-lhe algumas penitências e o deixaram ir. Esse era o único seguidor de Menocchio — ao menos o único confesso — em Montereale.

Aparentemente, nem com a mulher e os filhos manteve confidências: “Que Deus os guarde dessas opiniões”. Apesar de suas relações na aldeia, devia se sentir muito só. “Naquela tarde”, confessou, “em que o padre inquisidor me disse: ‘Venha amanhã a Maniago’, fiquei quase desesperado, queria sair pelo mundo e fazer o mal [...]. Queria acabar com os padres, pôr fogo nas igrejas e andar sem rumo; mas, por causa das minhas crianças, me contive...” Essa explosão de impotente desespero diz tudo sobre seu isolamento. A única reação que lhe viera diante da injustiça que o atingira fora a violência individual, imediatamente reprimida. Vingá-lo dos seus algozes, destruir os símbolos da opressão e se tornar bandido. Uma geração antes, os

camponeses incendiaram os castelos dos nobres friulanos. Mas os tempos eram outros.

42

Não lhe restava nada mais do que o sonho de um “mundo novo”. Essas são palavras que o tempo desgastou, como uma moeda que passa por muitas mãos. Vamos tentar recuperar seu significado original.

Menocchio, como já vimos, não acreditava que o mundo tivesse sido criado por Deus. Além disso, negava de maneira explícita o pecado original, afirmando que o homem “começa a pecar quando começa a mamar o leite da mãe, apenas fora do ventre da mãe”. E Cristo era para ele nada mais do que um homem. Coerentemente, portanto, qualquer idéia de milenarismo lhe era estranha. No decorrer de suas confissões jamais aludiu ao Segundo Advento. Logo, o “mundo novo” que desejava era uma realidade exclusivamente humana, a ser alcançada por meios humanos.

Dessa forma, não reconhecemos o uso banalmente metafórico da expressão que, quando empregada por Menocchio, ainda continha toda a sua riqueza. Tratava-se de fato de uma metáfora ao quadrado. No início do século fora imprimida, sob o nome de Amerigo Vespucci, uma carta dirigida a Lorenzo di Pietro de’ Medici que se intitulava, justamente, *Mundus novus*. O tradutor da carta do italiano para o latim, Giuliano di Bartolomeo del Giocondo, explicava no prefácio a razão do título: “Superioribus diebus satis ample tibi scripsi de reditu meo ab novis illis regionibus [...] *quasque novum mundum appellare licet*, quando apud maiores nostros nulla de ipsis fuerit habita cognitio et audientibus omnibus sit novissima res” (Alguns anos atrás eu te escrevi longamente a respeito da minha volta daquelas regiões novas [...] *que se podem chamar novo mundo*, uma vez que delas os nossos antepassados não tiveram nenhum conhecimento e para as pessoas que nos ouvem é uma coisa totalmente nova). Não as Índias, como Colom-

bo acreditara, e muito menos novas terras, mas um mundo até agora desconhecido. "*Licit appellare*": a metáfora era muito recente e ele quase pedia desculpas ao leitor. Circulou com essa acepção até entrar no uso comum. Menocchio, porém, como vimos, empregava-a em sentido diverso, referindo-se não a um novo continente, mas a uma nova sociedade a ser construída.

Não sabemos quem foi o responsável por essa alteração. Contudo, por trás disso, existia a imagem de uma transformação rápida e radical da sociedade. Numa carta de 1527 a Martim Butzer, Erasmo falou com amargura sobre o aspecto tumultuoso que a Reforma luterana assumira, observando que, antes de mais nada, deveria ter se procurado o consentimento dos príncipes e dos bispos para evitar qualquer sedição; e, depois, muitas coisas deveriam ser modificadas, entre elas a missa, mas "modificadas sem tumulto". Hoje existem pessoas, concluiu, que não aceitam mais nada da tradição (*quod receptum est*), como se um mundo novo pudesse ser criado instantaneamente (*quasi subito novus mundus condi posset*). Transformação lenta e gradual por um lado, virada rápida e violenta (revolucionária, diríamos nós) por outro: a contraposição era clara. Nas palavras de Erasmo, porém, não havia implicação geográfica na expressão *novus mundus*: a ênfase dizia mais respeito ao termo (*condere*) usado para indicar a fundação de cidades.

O deslocamento da metáfora do "mundo novo" do contexto geográfico para o social foi explicitado, contudo, pela literatura utopista em vários níveis. Tomemos o *Capitolo*, qual narra *tutto l'essere d'un mondo nuovo, trovato nel mar Oceano, cosa bella, et dilettevole*, que surgiu anônimo em Modena, por volta de meados do século XVI. Trata-se de uma entre as muitas variações sobre o antigo tema do país da Cocanha (nomeado explicitamente no *Capitolo* e também na *Begola contra la Bizaria*, que o precede), localizado aqui entre as terras descobertas para lá do Oceano:

*Navegantes do Mar Oceano acharam
há pouco tempo um divinal país,
um país jamais visto nem ouvido...*

A descrição repisa os motivos usuais da grandiosa utopia camponesa:

*Uma montanha de queijo ralado
se vê sozinha em meio da planura,
e um caldeirão puseram-lhe no cimo...
Um rio de leite nasce de uma grota
e corre pelo meio do país,
seus taludes são feitos de ricota...
Ao rei do lugar chamam Bugalosso;
por ser o mais poltrão, foi feito rei;
qual um grande paiol, é grão e grosso
e do seu cu maná lhe vai manando
e quando cospe cospe marzipã;
tem peixes, não piolhos, na cabeça.*

Mas esse "mundo novo" não é só o país da abundância: é também um país que não conhece os vínculos das instituições sociais. Não existe família, porque lá vigora a mais completa liberdade sexual:

*Não é preciso saia nem saiete
lá, nem calça ou camisa em tempo algum,
andam nus todos, homens e mulheres.
Não faz frio nem calor, de dia ou noite,
vê-se cada um e toca-se à vontade:
oh que vida feliz, oh que bom tempo...
Lá não importa ter-se muitos filhos
a criar, como aqui entre nós;
pois quando chove, chovem raviólis.
Ninguém se preocupa em casar as filhas,
que são posse comum e cada qual
satisfaz os seus próprios apetites.*

Não existe propriedade, porque o trabalho não é necessário, e tudo é comum a todos:

*Todos têm o que querem facilmente
e quem jamais pensasse em trabalhar
pra força iria e o céu não o salva...
Lá não há camponês nem cidadão,
todos são ricos, têm o que desejam,
que de frutos os plainos se carregam.
Não se dividem campos nem herdades,
pois recursos abundam para todos
e o país vive plena liberdade.*

Esses elementos, reencontráveis (embora em menos detalhes) em quase todas as versões do país da Cocanha feitas no século XVI, são muito provavelmente exagero da imagem, já mítica, que os primeiros viajantes forneceram das terras descobertas além do Oceano e de seus habitantes: nudez e liberdade sexual, ausência da propriedade privada e de qualquer distinção social, num cenário de uma natureza extraordinariamente fértil e acolhedora. Desse modo, o mito medieval do país de Bengodi assumia uma forma carregada de utopismo primitivista. Não apenas os temas sérios, mas também os proibidos podiam circular livremente, desde que inseridos num contexto cômico, paradoxal, hiperbólico, com corujas que cagam casacos e asnos amarrados com salsichas — e devidamente ironizados no final com a fórmula do rito:

*Se alguém quiser lá ir, ensino a rota:
embarque em Mameluco, que é o porto,
depois navegue em mar só de lorota
e quem lá chegar é rei de todo corno.*

Já Anton Francesco Doni usou uma linguagem totalmente diversa numa das primeiras e mais conhecidas utopias italianas do século XVI: o diálogo, inserido no *Mondi* (1552), intitulado justamente “Um mundo novo”. O tom aqui é seriíssimo; o conteúdo, diferente. A utopia de Doni não é camponesa como a do país da Cocanha, mas rigorosamente urbana, localizada numa cidade cuja planta tem forma de estrela. Além disso, os habitan-

tes do “mundo novo” descrito por Doni levam uma vida sóbria (“me agrada esta ordem que apagou o vitupério das bebedeiras [...] o empanturramento de cinco, seis horas à mesa”), totalmente distante das pândegas da Cocanha. Entretanto, mesmo Doni fundia o antigo mito da idade do ouro com o quadro de inocência e de pureza primitivas traçado pelos primeiros relatórios sobre o continente americano. A alusão àquelas terras estava implícita, somente: o mundo descrito por Doni era apenas “um mundo novo diverso deste”. Graças a essa ambígua expressão, pela primeira vez na literatura utópica o modelo da sociedade perfeita podia ser projetado no tempo, no futuro, e não no espaço, numa terra inacessível. Mas as características mais notáveis desse “mundo novo” foram extraídas dos relatórios dos viajantes (assim como da *Utopia*, de Thomas More, que o próprio Doni publicara, com uma introdução): a comunhão das mulheres e dos bens. Como vimos, essa fazia parte também da imagem do país da Cocanha.

Menocchio poderia ter lido sobre as descobertas americanas nas minguadas alusões do *Supplementum*, de Foresti. Talvez pensando nelas afirmou com sua habitual despreocupação: “Por ter lido sobre tantas espécies de raças humanas, eu acredito que diferentes povos foram criados em diferentes partes do mundo”. Provavelmente, não conheceu o “mundo novo” cidadão e sóbrio de Doni, mas sim pelo menos alguns ecos do camponês e carnavalesco mundo do *Capitolo*, ou de outros textos análogos. Em ambos, porém, havia elementos que podiam lhe agradar. No mundo retratado por Doni, a religião privada de ritos e cerimônias, apesar da presença marcante do templo no centro da cidade: como desejara Menocchio no decorrer do processo, uma religião reduzida ao mandamento “Conhecer Deus, agradecer-lhe e amar o próximo”. No mundo descrito pelo *Capitolo*, a imagem da felicidade ligada à abundância, ao prazer dos bens materiais, à ausência do trabalho. É verdade que Menocchio, acusado de ter violado o preceito quaresmal, justificou seu jejum em termos dietéticos e não religiosos: “O jejum foi feito para o intelecto, para que os humores não caiam; eu, por mim, gostava

ria que se comesse três ou quatro vezes ao dia e não se bebesse vinho para que os humores não caíssem mais”. Mas uma tal apologia da sobriedade era instantaneamente transformada num ataque polêmico, dirigido talvez (a transcrição neste ponto está incompleta) contra os frades que estavam à sua frente: “[...] e não fazer como estes [...] que comem numa refeição o que não comeriam em três”. Num mundo cheio de injustiças sociais, mortificado pela ameaça constrangedora da fome, a imagem de uma vida sóbria soava como um protesto.

*Escavo a terra buscando
raízes várias e estranhas
com que untamos os focinhos:
fosse assim toda manhã
e bem menos mal seria.
Coisa triste é a carestia.*

Esses são os versos de um poema contemporâneo “Lamento de uno poveretto uomo sopra la carestia”, ao que o poema seguinte, “L’universale allegrezza dell’abondantia”, responde:

*Gozemos, façamos festa,
todos nós em companhia,
que após a ímpia carestia
não nos dê mais sofrimento...
Viva o pão e viva o trigo,
viva a riqueza e a abundância,
vamos cantar, pobrezinhos,
pois é chegada a esperança...
Após trevas vem a luz,
depois do mal vem o bem,
a riqueza nos conduz
e nos salva do perigo;
trigo seco traz consigo
pois só nos mantemos com
o belo pão branco e bom.*

Esse contraste em versos nos dá o contraponto realístico das hiperbólicas fantasias sobre o país da Cocanha. Diante das “raízes várias e estranhas”, “o belo pão branco e bom”, comido em companhia nos períodos de abundância, é uma “festa”. “É como estar numa festa” — fora o que Menocchio dissera sobre o paraíso: uma festa que não acabasse mais, livre da oscilação periódica entre “escuridão e luz”, carestia e abundância, quaresma e carnaval. O país da Cocanha, para lá do Oceano, era também uma grande festa. Talvez o “mundo novo” desejado por Menocchio fosse parecido.

De qualquer modo, as palavras de Menocchio trazem por alguns momentos à tona as profundas raízes *populares* da utopia, tanto cultas como plebéias, frequentemente consideradas meros exercícios literários. Talvez essa imagem de um “mundo novo” contivesse algo de muito velho, ligado a uma memória mítica de uma remota era de bem-estar. Quer dizer, não rompia a imagem cíclica da história humana, o que era de esperar de uma época que via firmarem-se os mitos da Renascença, da Reforma, da Nova Jerusalém. Não podemos excluir nada disso. Todavia, permanece o fato de que a imagem de uma sociedade mais justa era projetada de maneira consciente num futuro não escatológico. Não o Filho do Homem no alto, sobre as nuvens, mas homens como Menocchio — os camponeses de Montereale que ele tentara inutilmente convencer, por exemplo —, através de sua luta, deveriam ser os mensageiros do “mundo novo”.

43

Os interrogatórios terminaram em 12 de maio. Menocchio foi levado mais uma vez para o cárcere. Alguns dias se passaram. Por fim, em 17 de maio recusou o advogado que lhe fora oferecido e entregou uma longa carta aos juízes, na qual pedia perdão pelos erros do passado — a mesma carta que lhe fora inutilmente pedida, três meses antes, pelo filho.